

## AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N° 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail [recursoscontinuos@dirbi.ufu.br](mailto:recursoscontinuos@dirbi.ufu.br).

Universidade Federal de Uberlândia

Instituto de História

Mayla Carolina Almeida Silva

**O Parque Municipal Victório Siquieroli: a formação de uma  
consciência ecológica**

Uberlândia/MG

2015

MAYLA CAROLINA ALMEIDA SILVA

**O Parque Municipal Victório Siquieroli: a formação de uma  
consciência ecológica**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência para obtenção do título de Bacharel em História, sob a orientação do Professor Dr. Marcelo Lapuente Mahl

Uberlândia/MG  
2015

Mayla Carolina Almeida Silva

O Parque Municipal Victório Siquieroli: a formação de uma consciência ecológica

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência para obtenção do título de Bacharel em História, sob orientação do Professor Dr. Marcelo Lapuente Mahl.

Uberlândia – Fevereiro/2015

Banca examinadora

---

Prof. Dr. Marcelo Lapuente Mahl  
(Orientador)

---

Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu  
(Examinador – UFU)

---

Prof. Dr. Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior  
(Examinador – UFU)

## Agradecimento

Agradeço ao professor Dr. Marcelo Lapuente Mahl, orientador, por apresentar a História Ambiental, sem ele tal trabalho não seria possível: agradeço, ainda, toda paciência, incentivo e dedicação.

Aos meus pais, Maria do Carmo de Almeida e Carlos Alberto da Silva, por toda amor e carinho. Obrigada por fazerem parte dessa história.

As minhas queridas amigas, Alessandra e Aline, que tive a honra de conhecer no Curso de História.

## **Resumo**

As questões ambientais, no mundo contemporâneo sempre estiveram em ênfase, sendo discutidas, também, em contextos e épocas distintas, mostrando-se importantes na compreensão dos rumos da humanidade e sua relação com o mundo natural. O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre as consequências do progresso, tão almejado por todo ser humano, tendo em vista a conservação do mundo natural. O foco dirige-se, especialmente, para a formação de uma consciência ecológica, que é a base para originar os movimentos ambientalistas em prol da preservação do mundo selvagem, e, para tanto, criação de unidades de conservação, e sua relação com os discursos de sustentabilidade. Como exemplo de preservação ambiental, tomar-se-á o Parque Municipal Victorio Siquierolli, localizado na cidade de Uberlândia. O local é designado para a prática de educação ambiental, o que proporciona diálogo com a sociedade, cujo objetivo é o de conscientização de seus usuários da necessidade de preservação do mundo natural.

Palavras chaves: mundo natural, preservação, progresso, unidade de conservação, educação ambiental, consciência ecológica, movimentos ambientalistas.

## **Abstract**

Environmental issues in the contemporary world have always been in emphasis being discussed also in different contexts and time, being important in understanding the course of humanity and its relationship with the natural world. This shows the importance of achieving a better understanding of humanity's path and its relation to the natural world. The focus is directed especially to the formation of an ecological conscience, which is the base to give the environmental movement for the preservation of the wild, and, therefore, the creation of protected areas, and its relationship with the speeches sustainability. And, in order to best exemplify the necessity of environmental preservation, the Victorio Siquierolli Municipal Park located in Uberlândia should be mentioned. This park is dedicated to environmental education and, as its main goal, communicates the necessity of natural world preservation to its public.

Key words: natural world, preservation, progress, conservation unit, environmental education, ecological conscience, environmental movement.

## Sumário

Introdução.....	7
Capítulo 1 .....	10
Perspectivas de uma História Ambiental .....	10
1.1 As primeiras tomadas de consciência em face do mundo natural .....	10
1.2 A manipulação da natureza no Brasil: a formação da crítica ambiental. .....	21
Capítulo 2 .....	32
Criação de áreas para a preservação do mundo natural .....	32
2.1 Unidades de Conservação .....	32
2.2 Parque Municipal Victório Siquieroli e Educação Ambiental.....	41
Considerações Finais.....	51
Referências Bibliográficas .....	53



## **Introdução**

O mundo natural sempre esteve disponível ao homem, servindo-o em seu processo evolutivo. Dessa relação, pode-se afirmar que houve uma importante contribuição para o seu progresso. Entretanto, veremos que tornar-se-á necessário questionar a conduta humana perante a natureza, a partir do momento em que são introduzidos mecanismos que intensificam a exploração do mundo natural, ocasionando transformações irreversíveis a esse ambiente. Portanto, o presente trabalho objetiva tratar o surgimento de uma consciência ecológica, que passa a repensar os caminhos trilhados pelo homem em busca do desenvolvimento e progresso.

Tal interesse sobre a temática abordada foi-me apresentada como possibilidade de estudar a História a partir de outros objetos, e não aqueles prontos e acabados do currículo. A partir de um grupo de estudo, organizados por professores do Instituto de História/UFU, pude expandir meus estudos, para compreender que a História pode dialogar com outras áreas, nesse caso com o mundo natural. E, assim, como ponto inicial, pude desenvolver um projeto sobre a temática intitulado “História Ambiental e práticas de Educação Ambiental no Parque Municipal Victório Siquieroli” por meio do Projeto Institucional de Apoio à Iniciação Científica da UFU.

Como recorte cronológico, dando início tal reflexão, o florescer da industrialização na Inglaterra, do século XVIII, apresentou-se como um período em que a gradativa modernização e a interferência agressiva do homem no mundo natural tornou-se prejudicial. Visto que, com uma crescente preocupação dessa relação homem e natureza, engendrada a partir desse outro cenário econômico, político e social, advindo da Revolução Industrial, influenciando o surgimento do movimento ambientalista.

O movimento ambientalista originou-se contrapondo às descobertas científicas, questionando a forma como a ciência era utilizada pelo homem para dominar a natureza. Intelectuais e naturalistas imbuídos de aspiração para a preservação do mundo natural, a partir de estudos científicos e trabalhos de campos, passam a reconhecer o valor e as ameaças das atividades humanas para o meio ambiente. Os ingleses tiveram ajuda dos

alemães, franceses e suíços na conservação do seu império, pois esses já dominavam o manejo das florestas.

Tais discussões perpassam as fronteiras da Europa, influenciando outras regiões do globo, como foi o caso no Brasil. Desde a colonização, se reconheceu no Brasil a exuberância de suas florestas, e o seu potencial na exploração dos recursos naturais. Contudo, o uso predatório das terras, seja por indígenas e europeus, fez germinar uma preocupação com os riscos futuros ocasionados ao ambiente.

A consciência sobre as problemáticas ambientais se relaciona com a evolução do pensamento político brasileiro. Todavia, surge a inquietação de que a devastação do mundo natural era causada pelas técnicas rudimentares, ainda utilizadas para lidar com a terra, e, portanto, a necessidade de modernização e conscientização que a natureza deveria ser conservada, para que, com o uso racional seria possível o desenvolvimento e progresso do país. No entanto, percebeu –se que o país de fato modernizar-se, precisaria acompanhar o ritmo desenvolvimentista de outros países, e só seria possível com a industrialização.

A industrialização no Brasil consolidou-se apenas na década de 1930, ou seja, tardiamente se comparado aos outros países. Almejava-se a modernização, com a promessa de oportunidade de crescimento econômico aos brasileiros. Nesse contexto, com o avanço das indústrias, ocorreram significativas transformações no mundo natural, para dar lugar ao concreto. Tal ambiente foi propício para o surgimento de movimentos ecológicos no Brasil.

O movimento ecológico no Brasil, emergiu em meados da década de 1970, com a formação de grupos em algumas regiões do país para denunciar o alto nível de degradação que ocorria. Nesse primeiro momento, a eficácia da luta foi baixa, contudo, demonstrou as inquietações frente as políticas econômicas desse período. O discurso em si, com cunho predatório, em que governos convidavam indústrias poluidoras para transferir-se para o Brasil, sob a justificativa que tais ações possibilitariam a aceleração do crescimento econômico no país.

Mediante tal panorama, ao traçar os cenários econômicos, veremos que haverá a transposição dos discursos de intelectuais e naturalistas sobre a melhor forma de conservar e preservar espaços naturais, com a efetiva criação de áreas para salvaguardar

matas nativas sobreviventes à ação humana. Portanto, tais áreas foram denominadas de Unidades de Conservação. Os norte-americanos foram os pioneiros de tal ato.

No Brasil, sob influência de estrangeiros que enxergavam na rica biodiversidade a exploração de seu potencial O governo contratou cientistas para pensarem a modernização racional da utilização dos recursos naturais, e, assim, projetar ambientes para a preservação, devido ao risco de degradação. E, paulatinamente, foi-se erigindo uma legislação, que estabeleceu os limites espaciais, objetivos, sanções e sanções. Para exemplificar a importância dessas Unidades de Conservação. O Parque Municipal Victório Siquieroli apresentou-se como objeto de estudo sobre as práticas de educação ambiental, num momento em que o discurso de preservação e sustentabilidade estão em ênfase entre as esferas sociais, políticas e econômicas.

O século XX foi marcado pela organização de conferências, a interferência de órgãos como a UNESCO e a ONU, inserindo em suas pautas de discussão os impactos ambientais, sendo essenciais para pressionar os governos a tomarem uma posição no combate a degradação ambiental, e a criarem medidas, por meio de projetos, na conscientização da sociedade, e ações governamentais, que possibilitasse a convivência do homem e a natureza sob uma nova perspectiva, a de que os impactos causados ao mundo natural, não só provocavam modificações irreversíveis como também, afetava diretamente o homem. E, na tentativa de alcançar tal proposito, prevenindo a sociedade e propiciando uma melhor qualidade de vida, são propostos que a Educação Ambiental deveria fazer parte da educação de todos os cidadãos para melhor exercer sua cidadania, como também, discutir o Desenvolvimento Sustentável, como forma de explicitar que providencias poderiam ser tomadas por conglomerados empresarias e mesmo a sociedade, para minimizar os impactos ambientais.

# Capítulo 1

## Perspectivas de uma História Ambiental

### 1.1 As primeiras tomadas de consciência em face do mundo natural

Pensar sobre o mundo natural e a inserção do homem no seu meio, em um processo evolutivo que se segue até os dias atuais, leva-nos a questionar as consequências dessa relação. Segundo Araújo e Fernandez (2012), datações antigas no leste da África, mostram a existência de *Homo sapiens* em convivência há mais de 160 mil anos. No Oriente Médio, as datações são de 120 mil anos, espalhando-se para a Ásia tropical, e há cerca de 50 mil anos para outros territórios do mundo. Portanto, a coexistência entre o mundo biológico e o homem, e as ações defensivas da natureza a fim de evitar as ações humanas fazem parte de uma longa história de evolução conjunta, diferindo das relações que hoje o ser humano tem com a natureza, o que naquele momento, não poderia atribuir exclusivamente a uma possível perda da biodiversidade - se é que houve alguma. Torna-se necessário questionar a conduta humana perante a natureza, a partir do momento em que sua gradativa evolução com a ciência e, conseqüentemente, com o progresso, vê o ambiente natural de forma hostil, muitas vezes como elemento a ser exterminado.

Os estudos relativos ao mundo natural é pauta de discussões não somente nos tempos atuais. Sempre constituiu-se em preocupação para estudiosos do mundo natural desde séculos passados, nas várias áreas do saber, no intuito de compreender a natureza em si, como um organismo biológico, com o seu próprio ciclo evolutivo, tomando como seus os benefícios com os produtos medicinais advindas das plantas e animais. Sobretudo há a preocupação da inserção cada vez mais brutal do homem, incutido do saber, de tecnologias, e, cada vez mais, galgando novos territórios, sendo crucial para o seu desenvolvimento e progresso, num papel importante nas transformações do mundo natural.

A natureza, desde primórdios, serviu ao homem para seu desenvolvimento e progresso. As primeiras civilizações humanas, do período neolítico - exemplo de primitivas organizações sociais -, com as dificuldades da prática da caça e coleta, gradualmente foram domesticando os animais e a natureza para a sobrevivência, possibilitando a formação de grandes aglomerados populacionais, como os tipos de

organizações sociais advindas posteriormente na antiguidade, do mundo medieval, moderno e contemporâneo, no aperfeiçoamento de técnicas da domesticação do mundo natural. Porém, com a gradativa modernização, os mecanismos foram-se tornando prejudiciais ao meio ambiente.

A partir disso, recriando alguns dos cenários em que o mundo natural serviu para o benefício do ser humano, e os debates que foram surgindo sobre as questões ambientais mediante a relação homem e natureza, visualizamos dentro do contexto histórico, momentos em que a premissa foi sempre a mesma, ou seja, a submissão da natureza ao homem. Contudo, devemos nos atentar para os incômodos dessa dinâmica, que sempre provocam estudiosos a discutirem sobre a melhor forma de conservação e preservação do mundo natural, que, por si só, reproduz um ciclo de vida. Entretanto, a grande questão é a interferência humana, e seus impactos no meio ambiente.

Para tal, tomaremos como recorte cronológico a Revolução Industrial, que se iniciou na Inglaterra, no século XVIII, perpetuando-se pela Europa, como evento importante na história da humanidade, com consequências para o homem moderno. Retrocedendo ao mundo renascentista, os primeiros avanços científicos, a exploração de novos territórios e o surgimento de estrato social denominada como burguesia, vemos os caminhos trilhados pelo homem europeu, que veio a eclodir na Revolução Industrial, afetando outras partes do mundo.

A forma como a Inglaterra engendrou o referido momento, investindo suas riquezas acumuladas por meio do mercantilismo nos primórdios da industrialização, não demoraria. O país mudaria a ótica do comércio e, assim, a organização econômica, levando a florescer o capitalismo. Com a evolução das indústrias inglesas e o aumento da produção, houve lucro para o país, tornando-se necessárias as conquistas de novos mercados consumidores e o fornecimento de matéria-prima para sustentar os produtos industrializados. Nesse expansionismo do século XVIII, podendo ser chamado de colonialismo inglês, ou mesmo imperialismo, diferente daquele dominado por Portugal e Espanha - que já haviam perdido o posto de liderança mundial para Inglaterra por seus produtos industrializados - o objetivo inglês era a dominação de novos territórios para servirem de fornecedores de matéria prima e consumidores de produtos que sustentavam a indústria. América do Norte, Austrália, África e Ásia fizeram parte dos

territórios explorados por ingleses. Outros países também buscaram novos mercados fora da Europa, como a França, Bélgica e Holanda.

O período moderno foi o período de grandes transformações nas relações entre o homem e o meio ambiente. O homem está individualizado e pronto para enfrentar o mundo, cuja economia deixou de ser uma prática envolvendo curtas distâncias, tendo como grande questão do pensamento moderno, o conhecimento, motivada por uma burguesia industrial afoita por maiores lucros, investindo na indústria, e, conseqüentemente, impulsionando as transações econômicas, devido à expansão do mercado para várias regiões do globo. Na Europa, como em vários outros lugares do globo que sofreram o processo de industrialização, tiveram, como consequência, vemos o estímulo ao êxodo rural. Não somente a indústria causa esse processo, mas, também, a forma como o campo passa a ser reconhecido, com um novo significado que lhe é dado. Assim, a urbanização maciça provoca um crescimento desordenado nas cidades.

De acordo com Thomas (2010), que faz uma análise do período moderno europeu, evidencia-se a forma como o predomínio humano sob a natureza tinha um significado fundamentado por uma visão teológica, ou seja, a base moral, justificando a subordinação do mundo natural, em um primeiro momento. No pensamento moderno cristão, Deus criou a natureza e os animais para saciar as necessidades humanas. Assim, o homem está no centro do mundo, o que se constitui como uma visão antropocêntrica característica desse período.

No século XVIII, insistia-se amplamente em que domesticação era *benéfica* para os animais; ela os civilizava e aumentava seu número: ‘nós multiplicamos a vida, a sensação e o prazer’. Vacas e ovelhas passavam melhor sob os cuidados do homem que deixadas à mercê de predadores ferozes. Abatê-las para alimento podia parecer cruel, dizia Thomas Robinson em 1709, mas, ‘quando se examina o assunto mais de perto’, isso se mostrava ‘uma gentileza, em vez de crueldade’; o seu fim era rápido e se lhes poupava os sofrimentos da idade. Não havia injustiça quando a matar o gado para fornecer alimento para um animal mais nobre’, pensava o arcebispo King; foi apenas por essa razão que as bestas foram criadas antes de nós. Além disso, acrescentava William Wollaston, os sofrimentos dos seres brutos não eram como os do homem. Eles não tinham nenhuma concepção do futuro e nada perdiam por serem privados da vida. Era, portanto, ‘melhor para os bichos estarem sob o domínio do homem. (THOMAS, 2010 p.26)

Thomas (2010) mostra que o mundo natural na época moderna era visto apresentado de forma prática, não havendo questionamentos morais em matar animais para alimentar os homens. Os animais não tinham direito à sociedade dos homens, pois

não detinham razão; tampouco os vegetais, por serem destituídos de sentidos. Deus teria concedido a Terra aos homens, e não aos carneiros e cervos. O discurso do século XVII é o de que as criaturas criadas por Deus serviam como o benefício humano. Consideradas, incapazes de expressar quaisquer sentimentos, se comparadas ao homem, era justificado que os interesses dos animais fossem cedidos à espécie humana sempre que em qualquer momento houvesse competição entre eles. Portanto, a teologia da época forneceu base moral para justificar o predomínio do homem sobre a natureza. (THOMAS, 2010)

O antropocentrismo não foi uma característica apenas europeia. No período moderno, o perdão era concedido ao homem por sua condição especial de domínio sobre outras espécies. Ele dependia exclusivamente dos recursos naturais, seja para o vestuário, alimentação, como o trabalho. Nesse momento, é importante salientar o significado que as cidades passam a ter, seja no período moderno, devido a nova estrutura social engendrada, como na posteridade.

Com a urbanização das cidades tidas como, segundo Thomas (2010, p.290), “berço do aprendizado, das boas maneiras, do gosto e das sofisticadas”, representando a expressão máxima de mundo civilizado, lugar de usos e costumes, e por isso de constantes processos de mudanças, onde o homem urbano projetara um mundo à sua volta centrado no consumismo de bens, saberes, comunicação. A liberdade que o homem rural precisava, encontraria apenas na cidade, libertando-o de seu mundo feudal, que o prendia na terra, e por isso, o campo representaria o oposto à sua naturalidade, que era submerso a uma lógica de velhos costumes, sem um contato de vias fáceis com a cidade. Denotava, então, a expressão do rústico, atrasado, incivilizado. Portanto, “tirar os homens das florestas e encerrá-los numa cidade era o mesmo que civilizá-lo” (THOMAS, 2010 p.290). O belo passa a ser as praças, os monumentos arquitetônicos, uma vida em sociedade.

Era a arena da satisfação do homem. Adão fora colocado em um jardim, e o Paraíso terrestre associado a flora e fontes. Mas, quando os homens pensavam no paraíso da salvação, geralmente o visualizavam como uma cidade, a nova Jerusalém. Séculos a fio os muros das cidades simbolizaram tanto a segurança quanto o empreendimento propriamente humano; enxergá-los tranquilizava o viajante. (THOMAS, 2010 p. 290)

Mas dentro de todo discurso que denigre e rebaixa seu oposto, veiculam-se interesses, ainda que subliminarmente, que, geralmente atende aos interesses

capitalistas. O homem da cidade justifica suas ações perante o homem do campo, tendo como objetivo civiliza-lo. No entanto, as motivações que irão levar a extinguir as estruturas feudais existentes, inserindo-o a todo custo à cidade, pauta na apropriação, exploração, desmatamento dos recursos naturais, para o abastecimento das cidades, que vão despontando como centros comerciais, alavancando o desenvolvimento e o progresso. O campo e sua estrutura ruralizada eram considerados o atraso de um mundo voltado ao capital, que se encontrava nas cidades.

Seria impossível comparar a cidade ao campo, já que ambos ambientes apresentam características tão singulares. Conforme Bagli (2006), o campo passou por mudanças num tempo mais lento que o tempo urbano, com suas peculiaridades, as interações sociais, sua cultura, os instrumentos de trabalhos que aprimoram suas técnicas. Desse modo, a questão é “o campo foi olhado tendo como parâmetro uma lógica que não lhe é peculiar: a lógica das cidades. Sua originalidade foi submetida à outra”. (BAGLI, 2006 p.42). E por isso, deixando de equacionar uma economia rural, cuja produção agrícola tinha a cidade como o seu grande consumidor, uma agricultura voltada para sua própria subsistência e para a do mundo urbano, uma vez que a indústria não era - e ainda não é - capaz de sintetizar e industrializar os alimentos ofertados pela natureza.

Hoje vemos, no entanto, que essa relação, em algum momento, precisou ser repensada. O questionamento é sobre o contexto em que houve essas mudanças. A ideia e o significado de mundo civilizado, tanto no período moderno quanto nos tempos atuais sempre foram e continuam sendo a vida urbana. Hoje pensamos na cidade como um mundo cheio de oportunidades, tecnologias que facilitam as relações humanas, possibilitando a individualização. Contudo, a combinação de um mundo moderno, industrializado, no século XVIII, apenas incorporou o homem do campo à cidade, deixando de pensar se havia uma estrutura que pudesse acolher esse contingente populacional. Se houve um discurso que projetava a cidade como o centro da modernidade, por outro lado, não houve um planejamento para o acolhimento das famílias do campo à cidade. Assim, problemas como: ausências de saneamento básico provocam a proliferação de doenças pelo esgoto a céu aberto, numa convivência com ratos e outros insetos transmissores de doença; aglomeração de famílias em cortiços; a poluição causada pelas fábricas instaladas nos centros das cidades; as longas jornadas de



trabalhos que mulheres, homens e crianças obrigavam-se a cumprir nas fábricas, o que muitas vezes, levava, a óbito, cuja morte era resultante da precariedade de condições de vida.

Sujeira no ar era o mesmo que sujeira nas ruas; e no verão as nuvens de poeira levantadas pelas rodas do tráfego sufocavam os passantes e tornavam difícil andas com os olhos abertos. Igualmente nociva era a poluição causada pelos gases e detritos gerados com a fermentação da cerveja, a tintura de roupas, a fabricação de goma e de tijolos, e todas as outras indústrias instaladas no meio da cidade. (THOMAS, 2010 p. 292)

O que veremos são as consequências de uma sociedade que se mecanizava, culminando na ressignificação da importância do campo, e como ele passa a ser visto. Esse mesmo campo de que procuravam se distanciar – não só do espaço físico mas de seus habitantes -, passa a ser cobiçado e desejado.

Por essa época, os moradores das cidades já começavam a idealizar a cabana do campo, com seu teto de colmo, sua fumaça espiralada e as rosas em redor da porta: aquilo que Uvedale Price descreveu como ‘um dos mais tranquilos e suaves de todos os objetos rurais’ [...] Mesmo quem era pobre demais para se permitir a cabana de fim de semana ainda olhava para o campo em busca de ocasional refrigério. John Stow descreveu como, no Dia da Primavera, os londrinos da época elisabetana ‘passeavam pelos prados amenos e as matas verdes, para rejubilarem o espírito com a beleza e aroma das flores perfumadas, e com harmonia dos pássaros’. Em parte foi o desejo de preservar os campos adjacentes para recreação que estava por trás das repetidas tentativas de impedir novas construções nos subúrbios londrinos. (THOMAS, 2010 p. 296).

Esse mundo socialmente desorganizado, não somente na Europa, como também em várias partes do globo, a distinção entre as classes sociais, exploração do trabalhador, a opressão de povos justificado pelo determinismo biológico, problemas sociais e econômicos que afetavam as sociedades, e dentre tantas questões, a preocupação com o meio ambiente, influenciará o surgimento do movimento ambientalista. Esse movimento consistiu em correntes de pensamento e movimentos sociais organizados em defesa do meio ambiente, reivindicando medidas para sua proteção, e mudanças de hábitos e valores humanos em prol da natureza, na tentativa de estabelecer um paradigma de vida sustentável.

Para que emergisse de fato tal movimento, foi necessário esperar o fim das grandes guerras mundiais, para uma real influência em estudos específicos que constataram que a ideia de um desenvolvimento constante com a manipulação da natureza por meio da tecnologia, e a visão que os recursos naturais seriam inesgotáveis,

o progresso da pesquisa científica, o crescimento da mobilidade pessoal, a intensificação da indústria e a disseminação dos assentamentos humanos causaria a destruição ambiental sem precedentes, pondo em risco o futuro da sobrevivência da espécie humana.

O domínio sobre o meio ambiente era visto como essencial para o progresso tecnológico e para a sobrevivência da raça humana. Mas uma 'consciência biocêntrica' emergiu gradativamente, reforçando o restabelecimento do sentido de inter-relação entre o homem e a natureza e a aceitação de uma responsabilidade moral relacionada à proteção da natureza contra os abusos. A obra de Darwin forneceu um estímulo importante para esse ponto de vista; a evolução sugeria que o homem era parte integrante de todas as outras espécies e que, por sua própria conta e risco, se havia distanciado da natureza (MCCORMICK, 1992, p.23)

Clubes e naturalistas, imbuídos do desejo de preservação do mundo natural, e preocupados com os danos infligidos ao mesmo, a partir de estudos científicos, e trabalhos de campo passaram a reconhecer o valor e as ameaças das atividades humanas.

Na Europa o meio ambiente havia sido manipulado pelo homem durante séculos. A agricultura transformara a paisagem, restringindo a natureza a florestas, terras não utilizáveis e quaisquer pequenas ilhas que pudessem encontrar no mar da habitação humana. Quando esses vestígios remanescentes foram ameaçados pela indústria e pela agricultura mais eficiente, protecionistas se levantaram em resposta. Em outros lugares, naquelas regiões que estavam vivendo um novo assentamento europeu – América do Norte, Austrália, África do Sul e algumas colônias africanas selecionadas -, a conservação e a proteção emergiram como uma forma de controle político e econômico. A exploração irrestrita dos recursos naturais na ausência de um controle metropolitano não podia mais ser permitida. Na América do Norte, a costa leste refletia cada vez mais uma predominância humana de variedade europeia, mas as terras a oeste dos Apalaches eram relativamente intocadas. Também se revelaram ricas em recursos naturais. Isso levou alguns argumentar que o Oeste americano deveria ser protegido contra o tipo de mudanças provocadas pela mão do homem que havia ocorrido no Leste, e outros a argumentar que os recursos deveriam ser explorados, mas de uma maneira racional e sustentável. (MCCORMICK, 1992 p.20)

Na Inglaterra do século XVIII, o movimento ambientalista originou em contraponto às descobertas científicas, afetando profundamente o lugar do homem no mundo natural, por ter sido um momento de autoconfiança e segurança. O ambientalismo coloca em questão esse homem que usa a ciência para dominar a natureza, e provoca reação contra a vida miserável nas cidades industriais, almejando o campo e o seu mundo natural, o que impulsionou a criação de grupos ambientalistas privados, caracterizando-se como movimento de interesse. Nas colônias inglesas, de

acordo do Mccornick (1992), países como Alemanha, Suíça e França, referencial de estudos sobre manejo das florestas, auxiliou os britânicos na conservação de seu império, formulando legislações para a conservação das florestas indianas; a proibição da caça de cangurus, betardas, avestruzes e os marsupiais na Austrália; e na África meridional a legislação surge para frear a inconsequência derruba de florestas para a fabricação de lenha, o abate de pinguins para a alimentação, a caça da foca para a retirada da pele, e de elefantes pelo marfim, sendo essa última estratégia dos britânicos para conter a monopolização da Companhia Holandesa do comércio do marfim.

A colonização europeia no território americano, primeiramente no leste, e expandindo para o oeste, via as áreas virgens como obstáculos para abrigo, segurança, conforto, entretanto, filósofos da época advertiam os perigos da derrubada indiscriminada de florestas, e uma agricultura gananciosa. Na América do Norte, o interesse pelo mundo ambiental coincidiu com os debates na Europa, influenciando filósofos românticos. Segundo Mccornick (1992, p.29) “os românticos viam a natureza como um sistema de relação necessária que não podiam ser perturbados sem mudar ou talvez destruir o equilíbrio do todo”. A ideia de equilíbrio da natureza era vista como algo delicado, facilmente rompido, com a interferência humana.

A discussão sobre do mundo natural dos séculos XVIII, XIX e início do XX, mostra claramente os primeiros passos para a constituição de uma organização nacional para a proteção da natureza. No ano de 1909 protecionistas reuniram o Congresso Internacional para Proteção da Natureza em Paris na tentativa de sistematizar uma organização internacional para a proteção da natureza. Entretanto, ações efetivas vão ocorrer após o fim dos grandes conflitos, em que não só países da Europa, como de outros continentes se reunirão para assinarem acordos para a proteção do mundo selvagem. Em meados da década de 1940 a 1960, organizações como a UNESCO e a ONU, adicionaram em sua pauta de discussão questões sobre o meio ambiente, e uma melhor distribuição dos recursos naturais, principalmente num cenário pós-guerra. Pretendia-se reunir países como a Bélgica, Grã-Bretanha, Suíça, Holanda para o planejamento de conferências sobre a utilização dos recursos naturais, visando a um melhor fornecimento de alimentos com uma distribuição mais justa, a eliminação da fome, e a desnutrição, entre outras prioridades, principalmente nos países do terceiro mundo, como a criação de uma organização internacional. Infelizmente havia muitas

controvérsias sobre a conservação do mundo ambiental, tendo em vista a utilização de recursos financeiros para auxiliar países pobres e os problemas sociais.

E em meados do século XX, mais especificamente a década de 1970 marca um despertar de uma consciência ecológica, como uma ecologia política, em que surgem paradigmas teóricos, movimentos ecológicos, É a primeira vez que os problemas de degradação ambiental consequentes do crescimento econômico tornam-se um problema global, de caráter social e principal preocupação de países do primeiro mundo. Não havia nenhum país que não tinha sofrido algum problema ambiental. As sociedades, agrária ou industrial, autoritária e democrática, rica ou pobre foram compelidas a reavaliar sua atitude em relação à administração de recursos e à condição do meio ambiente humano. Como destaque desse momento, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em Estocolmo (1972), o Relatório Meadows (1972) estabeleceu os limites do crescimento econômico, e a criação do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP), para a avaliação ambiental global, administração ambiental e medidas de apoio.

Neste momento, no mundo acadêmico, historiadores tomaram a responsabilidade de incorporar a natureza em seus estudos, tornando-se ferramenta importante na denúncia de degradação do mundo natural. A História, como uma disciplina cujo campo do saber, investigação e pesquisa nem sempre foi uma área de abrangência - como conhecemos hoje, tinha, no passado, como assuntos principais, a política, e os interesses nos Estados nacionais, cujas pesquisas e investigações eram focadas em grandes figuras políticas como presidentes e primeiros – ministros, a tramitação de leis, as lutas entre os tribunais e os corpos legislativos e as negociações dos diplomatas. Uma história oficial objetivava investigar uma história “política do passado” e seus conchaves. Contudo, vemos claramente que, com o século XX, ocorrerão transformações significativas do campo historiográfico, que se constituirão na porta de entrada para os historiadores ambientais.

A história ambiental surgiu em meados da década de 1970, num contexto de reavaliação e reforma em escala mundial, da relação do homem com a natureza. Ocorriam, nesse momento, intensos debates e conferências sobre a crise global, em conjunto com o crescimento de movimentos ambientalistas. Importante considerar em que circunstâncias se desenvolveria a história ambiental. Fatores como um mundo

globalizado, as conjunturas políticas e econômicas, as tecnologias, os clamores da sociedade e as mudanças epistemológicas do século XX, com relação ao entendimento da vida humana e o seu lugar no mundo natural, levaram a diversos questionamentos

A ideia de como a ação humana pode produzir um impacto relevante sobre o mundo natural, inclusive ao ponto de provocar sua degradação; a revolução nos marcos cronológicos de compreensão do mundo; a visão de natureza como uma história, como um processo de construção e reconstrução ao longo do tempo (PÁDUA, 2010 p.83)

A historiografia francesa do século XX, com os *Annales*, teve uma importante contribuição nas mudanças epistemológicas para a História, chamando a atenção para o ambiente. Basta lembrar uma das grandes obras de história do século XX, O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Felipe II, de Fernand Braudel, onde a natureza adquiriu um papel central no desenrolar do processo histórico.

Para Braudel, o ambiente eram as formas da terra – montanhas, planícies, mares -, um elemento quase fora do tempo agindo na moldagem da vida humana nos processos de longa duração (*longue durée*). Ele sustentou que havia mais na história do que a sucessão de fatos das vidas individuais; na escala mais ampla, havia a história vista de ângulo superior da natureza, uma história ‘na qual toda mudança é lenta, uma história de repetição constante, de ciclos sempre recorrentes (WORSTER, 1991 p.200)

Outro exemplo pode ser encontrado nos Estados Unidos, considerado um dos mais intensos centros de produção da história ambiental, onde foi fundada, na década de 1970, a American Society for Environmental History que, desde então, desenvolve pesquisas na área de história ambiental, com aclamados escritores que impulsionam a produção historiográfica sobre o tema.

Donald Worster, historiador ambiental do século XX, tem como trabalhos: *Nature's economy – a history of ecological ideas* publicado em 1977; *Dust bowl – the Southern plains in the 1930's* publicado em 1982; e *Risers of empire – water, aridity and the growth of the American West*, publicado em 1985. Nessas principais obras de Worster, tendo como objetos de estudo concentrados nos Estados Unidos, percorrem-se os caminhos do campo cientificista, a ecologia, o estudo da relação entre a sociedade humana com o meio ambiente e suas influências, como também o estudo das áreas de vegetação.

Nomes como William Cronon, Alfred Crosby, Stephen J. Pyne, Roderick Nash, sendo que este último o pioneiro da história ambiental no ensino universitário, publicando em 1967 o livro *Wilderness and the American Mind*, “clássico sobre a presença da imagem de vida selvagem na construção das ideias sobre identidade nacional norte-americana”. (PÁDUA, 2010 p.81)

Portanto, a História nos mostra os mecanismos da relação de submissão do homem e da natureza, e seus processos históricos. Com a industrialização do período moderno, o início de um novo tempo, que dialoga com as grandes navegações e o contato com as sociedades nas Américas, foi possível a expansão do mercado, conquistando, assim, um importante mercado consumidor, que alavancará ainda mais as produções industriais. Mas hoje voltamos a esse passado, visando à compreensão dos caminhos percorridos pela humanidade, e a preocupação de intelectuais sobre o destino da natureza, que, conseqüentemente, entrelaça ao destino do homem.

Assim, foi dado apenas um exemplo de um momento da história da humanidade, sendo crucial para o progresso e articulação da revolução nos modos de produção - que alguns apenas visualizam aspectos políticos, econômicos e sociais -, deixando de englobar aspectos ambientais da época que movimentou as engrenagens industriais, para o seu desenvolvimento, na Europa - como predecessora -, mas também em outros países.

Mediante um cenário de progresso que dominava várias regiões do mundo, na subjugação da natureza ao homem, numa exploração sem medida do mundo natural a fornecer matérias-primas, aos poucos, os homens passam a adquirir consciência de que as atitudes tomadas em relação ao mundo natural afetam a si próprio. Para a humanidade, o progresso científica possibilitou conhecer o mundo antes associado à criação divina, a interligação do mundo, que, tempos depois, será denominada como globalização. Contudo, chegara o momento de formular medidas para preservar a natureza ameaçada. Filósofos, biólogos, naturalistas e românticos expressam sua preocupação com os caminhos da humanidade.

## **1.2 A manipulação da natureza no Brasil: a formação da crítica ambiental.**

Assim, vimos que o desenvolvimento econômico de países da Europa e, posteriormente, de outros lugares do mundo, aconteceu devido à utilização dos recursos naturais. A partir, então, da constatação do uso indiscriminado dos recursos naturais, a questão ambiental, e dos discursos de preservação e conservação do mundo natural, passaram a ter destaque os cientistas naturais e ambientalistas, que exporiam os graves problemas da destruição de áreas naturais.

No Brasil, é possível analisar todo o processo histórico da formação da sociedade, com uma visão da identidade nacional, com foco em problemas ocasionados pelo uso indiscriminado da terra. Reconhecia-se a exuberância de suas florestas, e o seu potencial na exploração dos recursos naturais. Entretanto, a partir de fins século XVIII e XIX, cientistas naturais reivindicam a necessidade de estudos aprofundados sobre as potencialidades das florestas. Milhares de espécies permaneciam sem nome até mesmo para os indígenas, cujas propriedades eram desconhecidas. Ressentiam que todas as florestas podiam ser destruídas antes que a inteligência humana pudesse compreendê-la. (DEAN, 1996). Nesse período, a exploração científica da natureza, visava a plantas que pudessem auxiliar na medicina, como na produção agrícola, com outros tipos de produtos para serem cultivados, principalmente tendo em vista a possibilidade do cultivo de especiarias importadas do Oriente, minimizando os gastos com a importação.

Portanto, é certo estabelecer o século XVI, com a chegada dos europeus no continente americano, mais especificamente no Brasil, para instauração de um “novo” contato com a terra. Para Dean (1996), os europeus fizeram parte da segunda invasão na América. Os índios que já habitavam as terras do continente americano faziam, sim, uso de forma intensificada da terra para a agricultura de subsistência, a formação das aldeias, para a sobrevivência da comunidade. Entretanto, não podemos comparar com a mesma dinâmica instaurada pelos europeus, na constituição de empresas de exploração das matérias-primas, para o abastecimento de seus mercados.

A história deixa claro que o uso indiscriminado, com fins de lucratividade a partir dos séculos XV e XVI, afetou consideravelmente a paisagem natural do Brasil. Entretanto, de acordo com Dean (1996), os colonizadores não podem ser

responsabilizados exclusivamente pelos problemas ocasionados pela exploração, pois havia uma imensa população indígena que usufruía da terra, e com seus métodos rudimentares, como a queima de áreas para a construção de lares para as famílias, a caça, também ocasionaram modificações significativa na paisagem. Contudo, a ocupação colonial foi brutal e devastadora, por ver a terra apenas como um ambiente farto. No território brasileiro a introdução de técnicas rudimentares como as técnicas indígenas de queimada, sem a preocupação de adubar o solo, ou promover o replantio da terra, na conservação de sua fertilidade, os colonizadores sabiam da facilidade de conseguir novas terra, e por isso o imenso descaso; o trabalho braçal escravo, que contribui para a devastação ambiental, para que não houvesse o avanço tecnológico. A importância da mão de obra negra não foi apenas preponderante nas lavouras ou exploração das minas. Sabe-se bem que o tráfico negreiro representou um importante comércio lucrativo. Outro fator da exploração ambiental é o tipo de mentalidade que se constrói: a terra como objeto de exploração, sem que se reconheça a necessidade de proteger a fauna e flora.

Assim, foram utilizadas como mão-de-obra indígena, na extração do pau-brasil pelo pleno conhecimento das florestas, até a necessidade de exportar mão-de-obra negra, utilizada nas plantações de cana de açúcar, café, algodão - principais agriculturas, que impulsionaram o investimento econômico -, principalmente na industrialização do Brasil, como também, na mineração, por serem exímios na localização para extração de ouro e diamante. A prática de mineração, encontrada nas várias regiões do Brasil ocasiona um aumento populacional nas áreas de extração, que, conseqüentemente, exigia o aumento de produção dos gêneros alimentícios, destruindo grande extensão de floresta para a produção agrícola.

A colonização nas Américas foi de caráter devastador, sendo o Brasil um exemplo, por suas características políticas, econômicas e sociais. Definiu-se a partir de então que o país com um imenso território, tornar-se-ia uma potência, com uma intensa exploração, e como conseqüências das ações, ocorrerá o extermínio não só do ambiente, como de uma população existente, a indígena, e a exploração desumana da população negra. Os europeus que aqui colonizaram viam exuberância e potencialidade na terra, e usaram de vários meios para a sua exploração, introduzindo novas espécies animais ou vegetais, sugaram tudo o que a natureza oferecia.



Portanto, desde a chegada de colonizadores europeus no território brasileiro, que visualizaram sua exuberância, vendo- no território uma fonte de riqueza e exploração sem medida, mas destituídos de qualquer preocupação com riscos futuros que causariam ao meio ambiente. Os recursos naturais representavam - e ainda representam - um triunfo para o progresso do país. Inegável, portanto, o temor de esgotamento de suas riquezas naturais alarmara intelectuais desde o século XVIII, que viam gradativamente vastas extensões de terras serem destruídas e, por isso mesmo, tais atos tinham que ser vistos como crimes e, portanto, severamente combatidos.

Segundo Pádua (2002), é identificada a existência de uma consciência sobre os problemas ambientais já entre os séculos 1786 e 1888, por parte de pensadores que estiveram pelo país, que influenciaram, exportando os debates, que aconteciam na Europa e na América do Norte. Assim, mesmo que no território brasileiro, era incipiente a crítica diante da destruição do meio ambiente, uma coisa é certa, esse fenômeno não é fruto da contemporaneidade. O ponto de partida relaciona-se com a evolução do pensamento político brasileiro, em que se destacam grupos de intelectuais organizados, sobre assuntos do mundo natural. De forma dramática, preocupante, reflexões abrangentes a respeito da sobrevivência e destino do país.

Os recursos naturais eram o grande triunfo para o desenvolvimento progressista do país, portanto, uma importância fundamental na economia e política, que, deveriam ser utilizados de forma inteligente e cautelosa, considerando-se crime, a destruição e o desperdício do mundo natural.

A degradação do território derivada da utilização de práticas tecnológicas e sociais rudimentares originadas do passado colonial. A grande panaceia para estabelecer a sanidade ambiental da economia brasileira, após séculos de colonialismo predatório, estava na modernização tecnológica e operacional do sistema produtivo e das instituições sociais. A destruição do ambiente natural não era entendida como um 'preço do progresso', como na visão hoje dominante, mas sim como um 'preço do atraso'. (PÁDUA, 2002 p.13)

Se estudiosos identificaram, em países europeus e nos colonizados por eles, que a modernização causada pelo advento da tecnologia alterava a dinâmica da natureza, no Brasil a situação não seria diferente. Contudo, no período colonial até a chegada da mecanização representada pelas estradas de ferro, na industrialização, usavam-se métodos rudimentares, que afetavam ainda mais a terra.

Os intelectuais desse período, jovens brasileiros, formados mais especificamente na Universidade de Coimbra, no momento em que o ensino português se afastava da escolástica, e aderindo às ideias da filosofia natural e economia política, formaram um grupo da elite brasileira, com destaque para José Bonifácio, André Rebouças, Joaquim Nabuco, dentre outros, constituíam uma geração influenciada pelo iluminismo luso – brasileiro, fundando a crítica ambiental brasileira.

Esses grupos, influenciado pelas transformações do ambiente, com os avanços das fronteiras agrícolas e como consequência, mudanças no rico ecossistema, levaram à destruição gradativa. Associado a isso, ideias que se aproximavam com a reflexão ecológica contemporânea – tais como a imagem da terra como uma realidade viva e integrada, a tendência destrutiva da ação humana, o risco de colapso social pela degradação do meio ambiente e a necessidade de promover uma forma não predatória -, constituíram-se preocupações relacionadas ao pensamento crítico ambiental brasileiro, embutido nas questões políticas e principalmente econômicas. Inocente ou mesmo ingênuo deduzir, então, que, durante anos de colonialismo predatório, chegara a hora de pensar a natureza como um bem intocável.

As inquietações que surgem sobre o trato do homem com o mundo natural no território brasileiro, perpassam pelos fatores de ordem econômica como a exploração agressiva as minas, resultando em seu esgotamento, causando a necessidade de descoberta de novas minas, e a revitalização das antigas; com a possibilidade de expansão do mercado agrícola, e por isso, a necessidade de replanejamento da agricultura no território; a falta de exploração para o conhecimento da diversidade de plantas nativas, e uma elite intelectual, cujos estudos sobre o mundo natural, e suas ideias e conceitos são importados de Portugal, iniciando um mapeamento no seu território e colônias na catalogação das espécies. Movimento tardio esse comparado aos franceses, ingleses e alemães com seus jardins botânicos.

A natureza, assim, é subordinada ao homem provendo-lhe alimento, garantindo sua sobrevivência, e para, além disso, com o surgimento de uma economia monetária e a propriedade privada, há uma reformulação do significado da natureza. Com a ideia de acumulação de capital, a exploração do mundo natural transcendeu a ideia da sobrevivência, para o desenvolvimento e progresso a todo custo, que, durante o período

moderno, devido a várias conjunturas históricas, vemos como um exemplo por excelência.

No Brasil, diferente da Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos, a crítica da devastação ambiental não surgiu a partir da sensibilidade dos intelectuais e artistas românticos. Os românticos desse período tinham uma forte aproximação com a cultura racionalista – cientificista. Assim, no caso brasileiro identifica-se que os românticos não organizaram qualquer mobilização contra a destruição do ecossistema do país, deixando a cargo as tentativas de mobilização na responsabilidade de intelectuais racionalistas que não expressavam seu interesse pelo valor sensível do mundo natural, mas pelo seu valor político e instrumental para o progresso nacional. Portanto, observa-se que no Brasil, a herança iluminista e o racionalismo ocuparam lugar central na formação do moderno pensamento ambientalista.

A questão da devastação do mundo natural estava ligada ao ideal de progresso e civilização. Sabe-se que a elite dominante tinha a Europa como exemplo de mundo civilizado, na tentativa de enquadrar os modos de ser e agir dos brasileiros aos daquela sociedade. Em algumas cidades, entre os períodos dos séculos XVIII e XIX, vemos uma modificação na infraestrutura urbana, a exemplo da cidade do Rio de Janeiro, com as ruas alargadas, a expulsão dos pobres dos centros para lugares periféricos, amontoando-os em morros e cortiço, e, a tentativa de uma transformação de substituir a flora e a fauna nativas por espécies europeias.

O prefeito do Rio de Janeiro fez com que pardais fossem importados e soltos em suas novas e belas avenidas, um toque final às fachadas cuidadosamente copiadas das parisienses. Aves canoras e de caça, peixes de água doce e moluscos foram introduzidos nas matas por funcionários públicos ou imigrantes anônimos, por paixão e nostalgia, ou simplesmente por acaso. Felizmente, nenhum dos intrusos de climas mais frios conseguiu vingar, exceto em paisagens inteiramente humanizadas, e mesmo aí seu domínio foi precário. Até os persistentes e nocivos pardais foram confrontados por diversos e se limitaram a um nicho apertado. Os próprios racistas europeus receavam que talvez eles mesmos não prosperassem na zona tropical. (DEAN, 1996 p.258)

Por conseguinte, nesse cenário, o progresso e civilização era considerado o “futuro” almejado por intelectuais, burgueses, estudiosos, expressando-o nos livros e escritos da época. Os críticos ambientais brasileiros condenavam a destruição da natureza, por seu potencial de fornecer matéria-prima, e portanto, evidenciando a falta do progresso. Para os críticos, os modos de produção e a lavoura rotineira, que tanto

foram elogiados pela domesticação do território e a inserção do país na economia internacional, não justificava caracterizar como avanço rumo ao progresso, e sim, processos que passam ser considerados destrutivos. Logo, a modernização não era o problema, nem os perigos do crescimento populacional, mas a crítica voltava-se para o universo do moderno, com a tentativa de incorporar essa nova realidade do mundo capital à estrutura brasileira vigente, denunciava a realidade brasileira com a falácia de mundo civilizado pautado em técnicas e instituições do atraso colonial.

Segundo Pádua (2002), mostrou-se a necessidade de fazer mudanças no sistema agrícola, pois a construção de ferrovias tornaria investimento inútil. Acreditava-se que o melhoramento da lavoura evitaria que a ferrovia tornasse instrumento de devastação. Nesse pensamento, o que estava embutido, não era a negação de elementos do mundo moderno, mas a preocupação de sobrepor o moderno em uma realidade socioeconômica rudimentar e predatória.

A linhagem dos primeiros críticos ambientais brasileiros, ao contrário, não praticou – ou fez de forma apenas moderada – o elogio laudatório da beleza e da grandeza do meio natural brasileiro. Mas ao mesmo tempo não ignorou, e principalmente não aceitou, a sua destruição. O meio natural foi elogiado por sua riqueza e potencial econômico, sendo sua destruição interpretada como um signo do atraso, ignorância e falta de cuidado. O verdadeiro progresso supunha a conservação e uso correto do mundo natural que, por sua vez, só fazia sentido no contexto do progresso. A natureza era vista como um objeto político, um recurso essencial para o avanço social e econômico do país. (PÁDUA, 2002 p.28)

A linha teórica desses primeiros críticos dos problemas ambientais aproximava-se à corrente teórica do conservacionismo. Os conservacionistas defendiam o uso racional e sustentável do mundo natural. Gifford Pinchot, considerado seu fundador, pregava a ideia de que as florestas tanto poderiam ser preservadas como administradas para o sustento, contribuindo para a economia do país, baseando-se em três princípios: o desenvolvimento dos recursos, sendo utilizado pelas gerações presentes; a prevenção dos desperdícios e; conservar não só para uma minoria, mas para todos. Pinchot sugeriu um serviço florestal administrado por cientistas, tornando-se em 1901 “secretário de estado para a conservação”, no mandato do presidente Theodore Roosevelt e, ainda, influenciou a criação de Comissão Nacional de Conservação, catalogando os recursos naturais dos Estados Unidos, o Congresso Conservacionista Norte – Americano em Washington, DC, entre outros congressos no período de 1910 a 1913.

Esse ideal conservacionista perpetuará ao longo da história política e econômica do Brasil. Com a chegada da indústria, ainda no período colonial, de forma incipiente, nos vários governos brasileiros houve incentivos para o desenvolvimento industrial com a injeção de capital, principalmente estrangeiro, mas, não será o suficiente para um crescimento satisfatório. Foi, então, a partir da década de 1930, apenas no século XX, no governo de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, que a indústria brasileira solidifica, almejando o desenvolvimento econômico.

Tomando a década de 1930 como a ressignificação do termo progresso, já que, nesse período a indústria brasileira solidifica, como já foi dito, vemos que se torna imprescindível discutir sobre o mundo natural. Para o desenvolvimento de um parque industrial agressivo, competitivo e que pudesse suprir as necessidades nacionais, minimizando a importação de produtos estrangeiros, fez com que áreas da mata atlântica, cerrado, por exemplo, fossem eliminados, tanto para a agricultura com a expansão da cana de açúcar, a exploração de jazidas de carvão, quanto para a construção de indústrias.

A exploração do passado por povos estrangeiros não findou com a proclamação de independência do Brasil, resultou apenas em discursos e objetivos, que tomaram uma nova forma. Almejava-se alcançar o progresso e, como consequência, a civilização do povo brasileiro. O discurso do futuro não iria de encontro aos objetivos do passado. Contudo, o meio ambiente pagou um preço muito caro pela satisfação de uma “Europa à brasileira” da elite. E nesse cenário, qualquer manifestação a favor de proteção do meio ambiente deve ser exaltada.

A proposta desse período é o acúmulo de capital e industrialização, sendo a engrenagem para o crescimento econômico. Mais que uma política governamental, penetrando na consciência humana, justificava os atos governamentais, por ser o caminho, o rumo ao progresso, inspirava originalidade, com a promessa de ser um programa social, que erradicaria a pobreza de forma abrangente e enérgica. Como consequências, vê a aceleração do crescimento populacional modificando a paisagem do mundo natural para dar lugar ao concreto. Como, por exemplo, na região sudeste, Dean (1996) evidencia a concentração de corporações de multinacionais denominados de “triângulo industrial”, correspondendo às cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Nessas cidades multiplicavam-se suas funções comerciais, políticas, e

financeiras com grande expressividade industrial. A parte da Mata-Atlântica localizada nessa região serviu de extração de matéria-prima para a indústria e o comércio, representando um valioso estoque energético. Os moradores, nesse cenário, estavam mais preocupados com a expansão e prosperidade do comércio exportador. Assim, conseqüentemente, a conservação do mundo natural perdia ambiente de debate com a expansão vertiginosa da indústria.

O nacionalismo econômico, bem como a escassez de capital privado levaram à criação de empresas governamentais de mineração, siderurgia, hidroeletricidade, petróleo e petroquímica, todas potencialmente muito poluentes. As propostas do governo de expandir a exportação de madeiras de lei, de transformar o minério de ferro na matéria-prima da indústria pesada e de conceder a todas as áreas até então remotas os benefícios das estradas e da eletricidade ameaçavam gravemente o que restava da Mata-Atlântica (DEAN, 1996 p.291).

Esse ideal expansionista prevalecerá durante a ditadura, momento em que o governo militar, com seu projeto de desenvolvimento, instaura não apenas uma crise econômica sem precedentes, como um conjunto de desastres ambientais. Debates em torno do mundo natural ocorriam e o Brasil, com sua potencialidade, não ficaria por fora, sofrendo influência dos movimentos ambientalistas no exterior. Entretanto, no período militar, o poder público acreditava que países industrializados haviam inventado a preocupação com o mundo natural para dificultar o desenvolvimento econômico de países do terceiro mundo. Em um pronunciamento desse período, José Sarney, então senador do Nordeste, exaltou o pensamento da época “Que venha a poluição, desde que as fábricas venham com ela”.

O sentido comum “desenvolvimentista estreito” ou “desenvolvimentista predatório” é muito forte e difundido na sociedade brasileira e isso penetra na intelectualidade crítica. O fato de Brasil ser um país continental, com vastas áreas populacionalmente vazias, criou um “sentido de impunidade desenvolvimentista”, de custos toleráveis altíssimos para o crescimento econômico. (VIOLA, 1987, p.85)

Essa ânsia por um desenvolvimento econômico na década de 1970 sofrerá o abalo da crise internacional do petróleo, não só no Brasil, como no mundo, assolado pela crise global. Questões econômicas e sociais emergem e, nesse cenário, o mundo ambiental passar a ter um maior espaço, propiciando o surgimento de movimentos ambientalistas ecológicos. O país, dependente do petróleo para geração de energia de suas indústrias, principalmente a região sudeste, é obrigado a investir em novas alternativas de energia. Algumas delas foram formuladas devido à crise. A construção

de usinas nucleares em grande escala por meio de um acordo com a Alemanha; a energia de biomassa através do álcool da cana-de-açúcar, umas das formas ecologicamente perigosas e; de todos os programas de desenvolvimento, o projeto de construção de hidrelétricas foi o mais devastador. Com a construção das hidrelétricas, sem uma avaliação prévia do impacto ambiental, como resultado desse projeto, milhares de quilômetros quadrados de florestas haviam sido eliminados. A magnífica Sete Quedas, considerada uma das maravilhas naturais do mundo, foi destruída. De acordo com Dean (1996), os conservacionistas, até o final da década de 1970, não haviam manifestado nenhum repúdio pelas ações do governo perante a natureza; ao invés disso, inflaram o coro dos favoráveis ao “petróleo branco” do Brasil.

Medidas, desde os séculos passados, para a preservação do mundo natural eram tomadas. Em vários países, a criação de institutos, serviços florestais, uma legislação própria para salvaguardar áreas da exploração tornou-se concreta, mediante a tomada de consciência de que a natureza, como um bem não apenas da apreciação, mas também, a certeza da sobrevivência humana. No Brasil, veremos que a influência de estrangeiros, e a constituição de grupos organizados em prol, por meio de órgãos governamentais, serão possíveis, de forma incipiente, a criação de áreas, denominadas de unidades de conservação, com uma legislação específica na tentativa de resguardar resquícios do mundo selvagem, seja ele já modificado, ou intocado. Constata-se certa ambiguidade. Por um lado, a necessidade de preservar o ambiente, usando-o sabiamente principalmente para as gerações futuras; por outro, a exploração e o desmatamento, abrem o caminho para o progresso.

Diferente do que ocorreu em outros países em que movimentos ecológicos vinham surgindo desde o século XIX, no Brasil, grupos isolados, nas regiões sul-sudeste, emergiam em meados da década de 1970, em um momento em que ocorriam conferências mundiais, para denunciar a degradação ambiental, na luta por áreas verdes que começavam a ser degradadas por exploração particular; a instalação de indústrias com alto impacto ambiental; preservação de áreas ecológicas já definidas eram degradadas por falta de fiscalização; áreas urbanas, com o risco de serem degradadas pela especulação imobiliária. Nesse momento, a eficácia das lutas é baixa, mas de grande importância para a conscientização e, assim, aumentando a percepção da sociedade em relação à degradação ambiental. (VIOLA, 1987)

Diante do quadro de exacerbada degradação social e ambiental em escala planetária o movimento ecológico propõe um novo sistema de valores sustentado no equilíbrio ecológico: a justiça social, a não violência ativa e a solidariedade diacrônica com as gerações futuras. O meio ambiente surge para o movimento ecológico como uma dimensão fundamental do desenvolvimento, através da ideia-força de ecodesenvolvimento. A grande maioria das ecologistas (exceto uma minoria romântica) são favoráveis a um desenvolvimento ecologicamente equilibrado que inclui a utilização prudente da maioria das tecnologias contemporâneas, rejeitando somente aquelas intrinsecamente predatórias. (VIOLA,1987 p.71).

O movimento ecológico no Brasil propunha uma produção de energia flexível que aproveitasse os ciclos de sol, água e vento; uma agricultura de regeneração que abastecesse o solo; o fim da devastação das fontes de recursos naturais; cessação do envenenamento da biosfera com lixo tóxico e; maior controle da poluição de ar causada por indústrias e meios de transporte.

Por conseguinte, na história da humanidade, o seu comportamento predatório não é algo novo, contudo, o que nos chama a atenção são os instrumentos de predação. As problemáticas enfrentadas pelo movimento ecológico brasileiro diferem daqueles surgidos em países do norte, pelo desafio de juntamente aos problemas de degradação haver o combate as injustiças sociais. Países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, precisa ainda lutar contra a pobreza, maiores investimentos na educação e saúde. Mediante tal cenário, é que se estrutura ambiente político propício para o surgimento de novos partidos políticos, os partidos verdes ou ecopacifistas.

É fato que as questões ambientalistas eram vistas com desconfiança, principalmente por lideranças políticas. Entretanto, as questões ambientais por terem relação direta com os problemas sociais evidenciavam que a cada oscilação do mundo econômico, a cada projeto de desenvolvimento do mercado interno, o mundo natural era sacrificado, e a sociedade, principalmente as camadas mais baixas, deixadas de lado. Não houve planejamento para o crescimento urbano, consequência que se reflete na atualidade, com os aglomerados populacionais nas principais capitais, modificando o ambiente. Por isso, seja no mundo, ou mesmo no Brasil, a formação de grupos que denunciam os abusos para com a natureza é de fundamental importância para a formulação de legislações eficazes para a proteção do que ainda resta do mundo natural,



para frear a engrenagem do capitalismo. Em pleno século XXI, vemos governos com políticas que discutem metas econômicas, a construção de parques industriais. Trata-se, entretanto, de discussão livre, de partidos voltados para a ecopolítica, estudos no mundo acadêmico sobre os caminhos da humanidade e sua relação com o mundo natural.

## Capítulo 2

### Criação de áreas para a preservação do mundo natural

#### 2.1 Unidades de Conservação

Os debates acerca das questões sobre a biodiversidade e sua proteção, por cientistas brasileiros e estrangeiros têm registros cujo início deu-se entre os séculos XIX e XX, que influenciarão na criação de espaços cujo objetivo será a conservação e preservação de espécies animais e vegetais como parte de um determinado bioma. Esses espaços são denominados de Unidades de Conservação (UC), nome dado pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), cujo objetivo é o de salvaguardar áreas naturais, devido à relevância de suas características naturais, legalmente instituída pelo Poder Público, e como consequência, conservar e limitar o território, com uma administração com um regime próprio, e proteção da lei.

[..] contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais; promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; promover a utilização dos princípios e das práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento; proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica; proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural; proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental [...] (COSTA, 2002 p. 28)

A necessidade da criação de unidades de conservação originou-se a partir de discursos sobre a melhor forma de se preservar a vida selvagem e a tentativa de proteger áreas do impacto progressista da vida humana. Segundo Diegues, “a ideia subjacente é que, mesmo que a biosfera fosse totalmente transformada, domesticada pelo homem, poderiam existir pedaços do *mundo natural* em seu estado primitivo, anterior à intervenção humana.” (DIEGUES, 2000 p.13)

Na discussão do primeiro capítulo, vimos a crescente preocupação de grupos sociais com o futuro da vida natural. Por mais que as vertentes de pensamento estivessem voltadas mais para a conservação, o movimento criado por Gifford Pinchot, cuja essência é a transformação da natureza em mercadoria, sustenta-se pelo uso dos recursos naturais, que deveriam ser utilizados pelas gerações presentes, futuras e, por

isso mesmo, a necessidade de prevenir-se contra o desperdício. Esse movimento conservacionista é a base da discussão que hoje temos sobre o desenvolvimento sustentável. O Brasil é um exemplo de como as políticas públicas, desde os séculos XVIII caminhavam pelos pensamentos conservacionistas, tendo seu território como a principal fonte de riqueza do país, o que justificaria a grande preocupação de seu esgotamento.

Para uma melhor compreensão do contexto histórico político social da criação das UCs, é imprescindível traçar os caminhos do debate no Brasil e no mundo, e assim, evidenciar a necessidade da criação de espaços específicos para a preservação da fauna e da flora, com um estatuto jurídico próprio.

Os pioneiros na criação de Unidades de Conservação que serviram de modelos para outros países, inclusive para os ditos Terceiro Mundo, foram os Estados Unidos, em meados do século XIX, quando a desvalorização do mundo natural tornou-se um incômodo para os naturalistas, que viam a necessidade de preservar áreas que o homem ainda não tinha transformado, representando a corrente oposta do conservadorismo. O preservacionismo que “pode ser descrito como a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem pretende proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano.” (DIEGUES, 2001 p.30)

Para o naturalismo da proteção da natureza do século passado, a única forma de proteger a natureza era afastá-la do homem, por meio de ilhas onde este pudesse admirá-la e reverenciá-la. Esses lugares paradisíacos serviriam também como locais selvagens, onde o homem pudesse refazer as energias gastas na vida estressante das cidades e do trabalho monótono. (DIEGUES, 2001 p.141)

O primeiro parque criado foi o Parque Nacional de Yellowstone, no ano de 1872, servindo de ponto de partida na criação de outros parques, seja na própria área territorial dos Estados Unidos, como na Austrália (1879), Canadá (1885), Nova Zelândia (1894), África do Sul (1898), México (1899), Argentina (1903), Chile (1926), Equador (1934), Venezuela e Brasil (1937) (COSTA, 2002).

No Brasil, as questões sobre o meio ambiente estiveram no imaginário social, por ser a característica fundadora para a construção de uma identidade nacional. A primeira Unidade de Conservação foi o Parque Nacional de Itatiaia, criado em 1937, movimento tardio comparado com outros países. Por mais que, a ideia de criação de

parques nacionais tenha surgido ainda no século XIX, - por meio do engenheiro André Rebouças, que propôs a criação do Parques Nacionais nas áreas de Sete Quedas (PR) e ilha do Bananal, nos rios Tocantins e Araguaia (TO) -, contudo, o que surge por meio de cientistas e intelectuais instigados pela investigação e pesquisa da flora brasileira, serão os jardins botânicos e hortos durante o período do Brasil-Colônia, por influência de ações norte-americanas. Entretanto, para a melhor compreensão da criação das Unidades de Conservação nas várias áreas do território brasileiro, é imprescindível contextualizar o nível do discurso sobre proteção da natureza nos anos de 1920-1940 por um grupo de cientistas norteadores de diretrizes para discussões sobre as questões ambientais.

O surgimento de questões sobre a proteção da natureza conecta-se com o ambiente político – intelectual da época, caracterizado pelas preocupações nacionalistas e científicas, momento em que a grande importância era a construção de um Estado nacional forte e de uma identidade nacional, relacionando-se, assim, com a conservação do mundo natural

Os atores sociais engajados na proteção da natureza nos anos de 1920-1940 apropriaram-se de tradições de pensamento que envolviam um conhecimento científico do mundo natural e a ideia de que esse mundo deveria ser conservado, por motivos tanto econômicos quanto estéticos [...] Ao lado do interesse científico pela natureza, surgiam preocupações com a proteção de um patrimônio natural vasto, tanto do ponto de vista da utilidade econômica quanto daquele da fruição estética. (FRANCO, DRUMMOND 2009 p.26)

Foi necessário que o governo contrata-se cientistas e técnicos para pensarem a modernização racional em conjunto com a utilização dos recursos naturais, e a criação de instituições estaduais responsáveis em modernizar os estudos científicos. Esses cientistas serão o ponto inicial para as gerações futuras aprofundarem, não só em ideias, mas na ação efetiva de programas, serviços e códigos que regesse o meio ambiente no território nacional.

Deve-se reconhecer que as ações de cientistas possibilitaram no ano de 1892 a criação de um laboratório especializado em vacinas, que mais tarde transformou-se no Instituto Butantã. Em 1896, na cidade de São Paulo, surgiu a Seção Botânica. Com ela, surge a primeira reserva florestal com o objetivo de proteger as bacias dos riachos que forneciam água para a cidade de São Paulo. (FRANCO, DRUMMOND, 2009). O Museu Paulista surgiu em 1895, sob o comando de Herman von Ihering, seu fundador e

diretor. Alemão de nascimento, Ihering, era especialista em zoologia e botânica, cuja maior preocupação era a salvaguarda do patrimônio natural brasileira da devastação, voltado para a urgência da conservação das matas.

Para ele (*Ihering*), o Brasil não era o único país a depauperar as suas riquezas, pois a natureza humana seria a mesma por toda parte, sempre em busca do lucro imediato e imprevidente. Desse modo, a situação só se modificaria com a ação firme do Estado, que devia estabelecer reservas florestais e a silvicultura nacional. (FRANCO, DRUMMOND 2009 p.28)

A necessidade de um órgão regulamentador nas ações para a proteção da natureza estava para além de uma fiscalização e guarda da fauna e da flora, e assim, o combate de uma prática enraizada na cultura da sociedade brasileira. A população brasileira, desde os colonizadores portugueses, obteve a concessão das terras pelo poder vigente, ou mesmo, por meio da grilagem de terra, sem que houvesse medidas que limitassem quais terras poderiam ou não ser exploradas, e o tempo de sua utilização.

Ihering (FRANCO, DRUMMOND, 2009) propará um programa com medidas para a fundação de um serviço florestal, pontuando a necessidade do auxílio de especialistas estrangeiros, devido a maior experiência, a interação do ministério da agricultura e os Estados da União para a catalogação das matas a serem conservadas, e a fiscalização sistematizada. Assim, busca-se uma legislação que pudesse assegurar a conservação das matas, o reflorestamento de madeiras de lei, fiscalizado pelo poder público, na, a criação de reservas florestais nos Estados onde fica proibido caça e retiradas de plantas e madeira, com a proibição de colonos nacionais de escolherem as suas terras de forma livre. A demarcação é da competência do governo, que tem o poder de fazê-lo.

Essas propostas, mais tarde, será o anteprojeto do código florestal implementado apenas em 1934. Antes disso, outros cientistas contemporâneos de Ihering, também contribuíram sobre as questões ambientais no território brasileiro.

Alberto Loefgren, nascido na Suécia, chegou no Brasil em 1874. Fundou um jardim botânico na reserva florestal da Cantareira (atual Horto Florestal) em 1898, e criando em 1899 um serviço florestal e Botânico, para a promoção do uso racional das florestas. Pesquisador ativo, publicou numerosas descobertas sobre a flora brasileira, fazendo campanha em prol ao um código florestal nacional, e um serviço florestal nacional e parques nacionais. Conseguiu que o governo federal instala-se uma estação

biológica em Itatiaia (RJ), ato precursor da criação do Parque Nacional do Itatiaia, em 1937. (FRANCO, DRUMMOND 2009)

Um outro intelectual brasileiro preocupado com as questões ambientais foi Eduardo Navarro de Andrade, que se dedicou ao tema de reflorestamento com espécies exóticas, eucaliptos e pinheiros, tornando-se uma autoridade referencial sobre o assunto. Suas ideias distinguem-se pelo fato da aceitação das propostas da elite paulista, devido uma postura política liberal que se identificava com o discurso do Partido Republicano Paulista. (FRANCO, DRUMMOND 2009)

Portanto, Andrade, com uma vertente mais moderada sobre a forma como explorara a natureza, via que os problemas climáticos e atmosféricos não deveriam ser considerados exclusivamente culpa da destruição das florestas. Essa ideia iria ao encontro dos proprietários de terras, por ser contrário a medidas governamentais que pudessem inibir o uso da terra de forma contínua.

Até aqui vimos que cientistas preocupavam-se com a forma como o homem manipulava o mundo natural, prejudicando, assim, a sobrevivência das espécies, afetando também a possibilidade de estudos mais aprofundados nos benefícios farmacêuticos e medicinais. Os estrangeiros foram fundamentais, seja para impulsionar o discurso da utilização dos recursos naturais com moderação devido ao crescimento urbano desorganizado, a agricultura de *plantation*, as ferrovias, e, como consequência desses fatos, a destruição inconsequente do homem. O rico mundo natural brasileiro perdia-se.

O discurso nascente do século XIX foi importante por trazer em seu bojo a consciência da necessidade de criar espaços como jardins botânicos, serviços florestais, parques nacionais, entre outras instituições, com fins científicos, na tentativa de elaboração de um projeto conservacionista. Entendia-se que, para a utilização de recursos naturais no futuro, a exploração no tempo presente deveria ter um outro tipo de postura.

Contudo, dentre os cientistas citados, Alberto Torres, será primordial para estudiosos sucessores na constituição do ambiente político – intelectual dos anos de 1920-1940. Torres, crítico da modernidade e do progresso industrial que exauria os

recursos naturais, via que o Brasil deveria trilhar seu próprio caminho, sem que houvesse a reprodução dos moldes estrangeiros, pois essa atitude causaria o descuido do patrimônio natural. Mudanças mais efetivas no âmbito de projetos de lei ocorrerão no início do século XX, graças ao ambiente político social da época. O governo de Getúlio Vargas almejava a construção de um projeto nacionalista, e a figura de Alberto Torres, ensaísta, jurista e político, foi o diferencial nesse grupo de cientistas citados, por ver que a questão ambiental estava diretamente ligada a questões sociais.

A chave do progresso estava, para ele, no uso previdente dos recursos naturais e no investimento no que hoje chamaríamos de capital humano - educação e saúde da população. A opção por esses dois caminhos – ao contrário, do afã de reproduzir no país os aparatos tecnológicos modernos estrangeiros – deveria conduzir-nos a um desenvolvimento mais lento, porém seguro, e a uma autonomia em relação ao que considerava os “ditames do imperialismo (DRUMMOND, FRANCO, 2009, p.36)

É claro que uma população conscientizada de sua potencialidade, agiria de forma mais enérgica a uma classe dominante. Não só uma classe dominante nacional como estrangeira que conseguia enxergar a verdadeira importância do território brasileiro, e esse era o ponto em que chama a atenção. “Torres queria que o Brasil tivesse um Estado forte e intervencionista, capaz de “organizar” a Nação, ordenar e equilibrar os fatores físicos e humanos, moldar o trabalhador nacional e garantir a conservação das riquezas a explorar (DRUMMOND, FRANCO, 2009, p.38). O seu projeto nacional é a emancipação do capital estrangeiro, e assim, buscar alternativas para o desequilíbrio entre o mundo natural e o social, consequências de uma sociedade industrial.

De um lado, o conservacionismo de Torres se opunha à ideologia e à prática predominante de expansão acelerada da fronteira agrícola e do uso imediatista de recursos naturais considerados inexauríveis [...] De outro lado, o seu ideal conservacionista aparecia como um modo de resolver o conflito entre o seu nativismo e as ideias de determinismo biológico e geográfico originárias da Europa. A conservação da natureza e os investimentos em capital humano, sobretudo em educação, poderiam suplantar as concepções sobre a impropriedade dos trópicos para a civilização e sobre a inferioridade racial dos brasileiros, surgindo como alternativa ao expansionismo europeu e norte-americano (DRUMMOND, FRANCO, 2009 p.38)

Compreender o discurso vigente de estudiosos do mundo natural e da sociedade do século XIX e início do século XX, com a publicação de livros e artigos sobre o assunto, facilita o entendimento do avanço da década de 1930 da criação de primeiro parque brasileiro, e a formulação de uma legislação nos cuidados com o meio natural. A Constituição de 1937, no artigo 34 diz: “Sob proteção e cuidados especiais da Nação,

dos Estados e dos Municípios, os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou locais particularmente dotados pela natureza. ” (COSTA, 2002 p.19).

O Brasil adota uma postura de preservar seu patrimônio histórico, artístico e natural contra os usurpadores que a séculos vinham lapidando as riquezas do território sem que houvesse fiscalização ou mesmo punição. Esse patrimônio não somente faz parte da identidade nacional, com seus símbolos, valores e normas, mas é, a característica fundamental do país, e a sua história. Assim, torna-se necessário uma legislação que garantisse o cumprimento da preservação das áreas delimitadas.

Para que o patrimônio natural brasileiro fosse concretamente preservado, a legislação foi fundamental, para que, o mundo natural estivesse protegido. Veremos que, com o passar das décadas, as leis vão sendo complementadas, com bases nas necessidades vigentes. Devem ser notados quais os benefícios e os beneficiários.

A década de 1930 foi o momento em que se iniciam os avanços na construção de uma legislação. Em 1934, o primeiro Código Florestal estabeleceu os conceitos de Parques Nacionais, Florestas Nacionais e Florestas Protetoras. No ano de 1948, com Decreto Legislativo nº 3, passa-se a vigorar a *Convenção para proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas dos Países da América Latina*, e a definição de categorias de áreas de preservação como Parque Nacional, Reserva Natural, Monumento Natural e Reserva de Região Virgem. Em 1965 oficializa-se o Novo Código Florestal, sob a lei nº 4.771, que separa as áreas de preservação em áreas que permitam a exploração dos recursos naturais (Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais) e as áreas proibidas de qualquer forma de exploração dos recursos naturais (Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas).

Em 1967 foi criado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, o IBDF, órgão ligado ao Ministério da Agricultura, que por muitos anos foi responsável pelas Unidades de Conservação federais do país. Na década de 1970 foi adicionado na Legislação Ambiental Brasileira o Decreto nº 84.017, aprovando o regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros, em 21 de setembro de 1979. Em 1981 criam-se Áreas de Proteção Ambiental e Estação Ecológica. O Decreto nº 89.336, de 1984, estabeleceu



Áreas de Preservação Permanente as Reservas Ecológicas, e criou as Áreas de Relevante Interesse Ecológico.

A Constituição do Brasil de 1988 representou um grande avanço na preservação, preocupando-se com o bem-estar e a qualidade de vida dos brasileiros, e as gerações futuras, o que se declara no artigo 225 do Capítulo VI – Meio Ambiente.

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se do Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (COSTA, 2002 p.20).

Na década de 1990, a conservação da biodiversidade, por meio das UCs tomava outro direcionamento, com a inserção da sociedade, ou seja, as questões ambientais e as questões sociais deveriam estar relacionadas. Nesse momento evidencia-se o debate sobre uma economia voltada para o desenvolvimento sustentável. Ganha ênfase, sendo que, o conceito de sustentabilidade surgira em meados da década de 1980. O desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade é a capacidade do homem progredir utilizando os recursos naturais de forma que não haja agressão, nem consequências maléficas, beneficiando os dois lados.

Portanto, a criação das UCs foi essencial, como foi colocado, na preservação de uma biodiversidade, em áreas de proibição total de qualquer tipo de exploração, daquelas com exploração restritiva, assegurada com uma legislação específica para a preservação do patrimônio natural, com a adoção de medidas, como o plano de manejo, que é um documento consistente, elaborado a partir de diversos estudos, incluindo diagnósticos do meio físico, biológico e social. São estabelecidas as normas, restrições para o uso, ações a serem desenvolvidas e manejo dos recursos naturais da UC, seu entorno e, quando necessário, os corredores ecológicos a ela associados, podendo também incluir a implantação de estruturas físicas dentro da UC, visando minimizar os impactos negativos sobre a UC, garantindo a manutenção dos processos ecológicos e prevenindo a simplificação dos sistemas naturais.

Foram evidenciados e justificados, pela bibliografia, estudos, debates, congressos, grupos de cientistas, a necessidade da existência de ambientes preservados, devido ao risco de degradação por parte do homem. Por outro lado, Diegues, nos chama a atenção para as distinções que grupos humanos fazem da natureza. Uma mercadoria, a

matéria – prima para o progresso industrial, e essa natureza deve ser preservada, diferente das populações tradicionais, pertencentes a territórios que foram transformados em Unidades de Conservação, em que a relação homem/natureza toma outro significado.

É fato que o processo de proteção ambiental no território brasileiro sofreu influência de estrangeiros, que exporam suas ideias. A questão que se coloca é: Qual o tipo ideal de preservação no Brasil, sem que se deixe de lado a constituição da sociedade? Assim, temos a oposição entre a ciência, que mostra a preservação seguindo os interesses geológicos, arqueológicos, biológicos, tudo isso controlado pelo poder público, com uma legislação específica. Há de se considerar também uma população tradicional que tem o espaço onde vive como a única fonte de sobrevivência, numa prática de a conservação a seu modo.

Diegues (2001) evidencia que a criação das unidades de conservação, infelizmente, em algumas regiões, foi mal planejada por não considerar o aspecto humano, como comunidades locais afetadas, tendo o descaso do poder público para com elas. A sociedade é parte importante no processo de conservação ou preservação do mundo natural, devendo ser tratada como aliada, e não adversária. Ocorre que, no Brasil, a demarcação de terras ocasionará conflito com moradores locais tradicionais, quando são expulsos da terra, o que desorganiza seu modo de vida. Deve-se, sem dúvida, pensar as questões sociais e ambientais em correlação, tornando-se necessário dar uma melhor condição de vida à população que tem sim, uma relação com a terra, com investimentos socioeconômicos e culturais. A conservação custa caro, e não se pode pensar na criação de infraestrutura e fiscalização. Nesse cenário, movimentos sociais surgem politizados, em fins da década de 80, para reivindicação da posse da terra.

As unidades de conservação representam um importante avanço na discussão sobre a preservação/conservação do mundo natural, em detrimento ao movimento predatório do desenvolvimento econômico a qualquer custo. Países europeus e EUA, visualizaram primeiramente as consequências irreversíveis de uma política predatória, a transformação das paisagens e o perigo do esgotamento dos recursos. Infelizmente no Brasil as medidas necessárias foram tomadas paulatinamente, pois para alguns programas governamentais brasileiros a questão ambiental era vista com estranhamento.

Entretanto, ainda sim, ações foram efetuadas para minimizar os impactos ambientais, e mesmo nos dias atuais, vemos que o poder público tem impasses

## **2.2 Parque Municipal Victório Siquieroli e Educação Ambiental**

A história ambiental brasileira está entrelaçada com a história econômica, política e social do país. Como vimos, a preservação de áreas naturais não foi suficiente para frear a constante exploração. O desenvolvimento econômico do país ainda é sinônimo de progresso e, para alcançar esse progresso, faz-se necessário investimento, principalmente no setor industrial para manter aquecida a economia do país. A busca pelo progresso a todo custo colocou em risco a sobrevivência do mundo natural, tornando necessário a criação de medidas para desacelerar o movimento predatório instaurado. Com isso, a criação de unidades de conservação foi uma medida para salvaguardar o patrimônio natural e permitir o contato da sociedade com o mundo natural, contrapondo a vida urbana. O caminho percorrido para a efetiva estruturação de parques, com uma administração própria, ligada a uma esfera do Estado, obteve a influência de países do primeiro mundo, principalmente de alemães, ingleses e norte-americanos, que, por meio de naturalistas, românticos, movimentos ambientalistas propuseram uma nova conduta perante a natureza.



Imagem  
Entrada do Parque Municipal Victório Siquieroli

Como forma de exemplificar a importância de ambientes preservados, o Parque Municipal Victório Siquieroli apresentou-se como objeto de estudo sobre as práticas de educação ambiental, num momento em que o discurso de preservação e sustentabilidade está em ênfase entre as esferas sociais, políticas e econômicas. O parque tem como perspectiva o incentivo de trabalhar com a comunidade, a preservação e a conscientização do meio ambiente.

De acordo com o histórico do Parque Municipal Victório Siquieroli, mapeado por Silva, a área onde está situado o parque constituía-se de uma parte antiga da Fazenda Metálica, do Senhor Victório Siquieroli, constituída por uma área de pastagens para criação de animais, e outros produtos, e com uma reserva natural de cerradão. Devido à expansão do perímetro urbano da cidade de Uberlândia, as atividades agropecuárias não puderam mais ser realizadas, tornando-se interessante para o setor imobiliário. Porém era do desejo do Senhor Victório Siquieroli que fosse preservada a área de cerradão da referida propriedade pelo poder público municipal, para que pudesse servir à comunidade uberlandense, como espaço de sociabilidade e interação entre a sociedade e o mundo natural. Assim, em 1998, oficializou-se o Parque Municipal Victório Siquieroli.

Criado sob o decreto nº 8166 de 05 de maio de 200, o Parque Municipal Victório Siquieroli foi inaugurado no dia 31 de agosto de 2002, localizado no município de Uberlândia, na região norte da cidade. Em torno de sua área, localizam-se os Bairros Jardim América, Residencial Gramado, Nossa Senhora das Graças e Cruzeiro do Sul. Sua área total é de 237.152,75m<sup>2</sup>, cercado por alambrados para a proteção da unidade de conservação, e uma vigilância patrimonial. De acordo com dados obtidos pela Prefeitura Municipal de Uberlândia, estão instalados na sede do parque órgãos administrativos: o Conselho Municipal de Meio Ambiente (CODEMA) e o Museu da Biodiversidade do Cerrado. No parque, localiza-se também o herbário do Instituto de Biologia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E ainda, um parque infantil com brinquedos feitos de madeira reflorestada.

---

<sup>1</sup> Disponível em <http://uipei.com.br/destaques/destaques-2/2012/07/11/parque-victorio-siquieroli-e-opcao-para-férias/> acesso em dez/2012.

No plano de manejo do parque, os seus objetivos são expressos da seguinte forma:

Garantir a recuperação, proteção e conservação dos recursos naturais existentes nesta área; criar um espaço ambientalmente sustentável onde haja infraestrutura adequada para a prática da educação ambiental para toda a comunidade Uberlandense e das cidades adjacentes; contribuir para a valorização do bioma do cerrado, divulgando suas potencialidades junto à comunidade regional; aumentar o potencial de área verde por habitante na cidade, contribuindo para a melhoria da qualidade dos mesmos; melhorar a qualidade ambiental, social e cultural dos bairros adjacentes. (Decreto nº 8166/2000 de Uberlândia)

Ainda no Plano de Manejo, há a descrição de como a criação do parque pretende explorar o potencial ambiental ou resolver/atenuar o problema ambiental

O desenvolvimento do projeto em questão tem a pretensão de, concomitantemente, explorar o potencial ambiental deste ecossistema, no sentido de conscientizar e educar a população, além de conter os problemas ambientais decorrentes da pressão antrópica do entorno. (Decreto nº8166/2000 de Uberlândia)



Fotografia I



Sendo o Parque Municipal Victório Siquieroli uma unidade de conservação, o seu objetivo é a conscientização de seus visitantes sobre a importância de preservação da sua área, composta por uma vegetação típica do Cerrado, que no período colonial foi desprezado por colonizadores, que preferiram concentrar-se nas áreas litorâneas, originando narrativas sobre o interior brasileiro. O cerrado é constituído de nascentes que abastecem bacias hidrográficas do Brasil e da América Latina, cujas águas formam as bacias dos rios Amazonas, São Francisco, Prata, Doce, Jequitinhonha, Parnaíba, entre outros. Não apenas importante na distribuição hidrográfica, mas o cerrado, o segundo maior bioma em área, ocupando um quarto do Brasil, conhecido também como Savana Brasileira, tem relevância por constituir um ponto de equilíbrio entre os biomas da Floresta Amazônica, Caatinga, Mata Atlântica, Mata de Araucárias, e Pantanal, estabelecendo contato com eles, com paisagem que se assemelha a outras formações intertropicais encontradas na África central, litoral da Índia, e norte da Austrália.



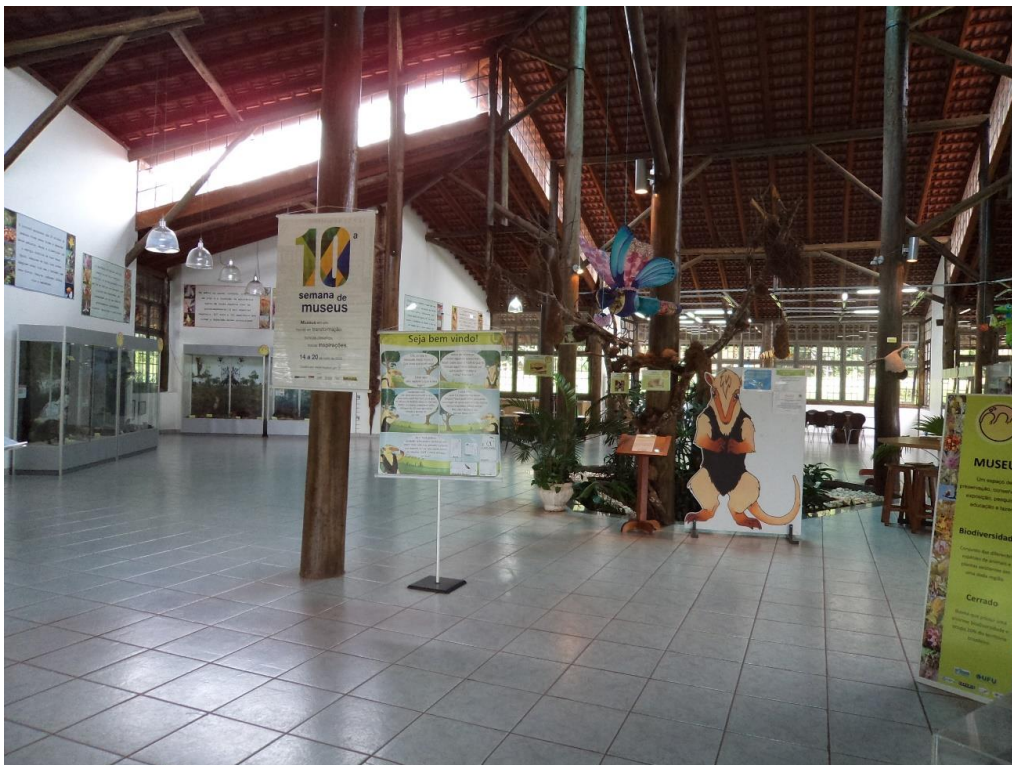
Fotografia II

Registro de alguns animais empalhados

Fonte: Elaborada pela autora em Julho/2012

A infraestrutura do parque proporciona um ambiente de aprendizado ambiental, deixando explícito na elaboração do plano de manejo. O Museu de Biodiversidade do Cerrado tem em seu acervo uma diversidade de espécies da fauna e flora, nativos do cerrado. A fauna é representada pelo lobo-guará, lontra, quati e a jaguatirica. Esses animais são oriundos de atropelamentos ou mortes em zoológicos ou fazendas, passando pelo processo de *taxidermia* (empalhamento), para serem expostos no museu, que ainda possui uma enorme coleção de insetos, cobras e pássaros. Representando a flora do Cerrado, estão expostas sementes de guatambu, buriti, mutumba e várias outras espécies. E os córregos que atravessam a área do Óleo e do Carvão

Na Sala Verde Dr Kerr há um acervo midiático e bibliográfico com importantes ferramentas para pesquisadores, estudantes e interessados a abranger seus conhecimentos sobre meio ambiente. Esse espaço fica à disposição do visitante. O parque também possui áreas de recreação, com o teatro de arena para realização de eventos. A área de recreação infantil proporciona à criança um espaço de brincadeiras em contato com o meio ambiente. As trilhas temáticas ao longo do seu percurso preveem acidentes ambientais, como serrapilheira, erosão, vegetação característica, etc, placas informativas sobre a vegetação orienta o visitante.



Fotografia IV  
Museu da Biodiversidade  
Fonte: Elaborada pela autora em Julho/2012

Como podemos observar na foto, a infraestrutura do parque proporciona a realização do trabalho de educação ambiental, levando a uma interação entre ambiente e indivíduo, contrária à agitação dos núcleos urbanos. Voltado para a sociedade, o espaço é um convite para que todos o conheçam, e interajam com ele. Contudo, os que mais aproveitam desse espaço são crianças e jovens, que, por meio das escolas, podem agendar horários com monitores do próprio parque para uma aprendizagem ao ar livre, sobre o meio ambiente, com a oportunidade de um momento de lazer.

A criação de unidades de conservação foi um importante passo, tanto de movimentos ambientalistas, como ações governamentais para a preservação de áreas naturais, e a conscientização do ser humano, para reconhecimento de que os recursos naturais são algo finito, e que as ações predatórias põem em risco o ecossistema. Essa tomada de consciência, como já foi expresso, não é algo novo, tendo desenvolvimento dessa linha de raciocínio nos países europeus, disseminando-se para várias partes do mundo, inclusive para o Brasil. É fato que para uma maior eficácia na preservação é necessário que haja uma inter-relação entre o mundo natural e o social, por meio de um processo de reflexão sobre os valores da sociedade, e sua participação nas práticas preservação.

Como marco dessa discussão, a Conferência de Estocolmo, no ano de 1972, reunindo representantes de 113 países, tornou-se decisiva para a evolução da abordagem ambiental no mundo, com o objetivo de estabelecer uma visão global e princípios que servissem de orientação e inspiração à humanidade, para a preservação e melhoria do ambiente humano, recomendando que devesse estabelecer um Programa Internacional de Educação Ambiental, que teve início após três anos, com a Conferência de Tbilisi, Belgrado.

Os “estudos ambientais” têm como pioneiros os ingleses e, posteriormente os norte-americanos ainda no século passado. Após uma catástrofe ambiental ocorrida em Londres, em 1952, provocando a morte de 1.600 pessoas, o fato desencadeou inúmeras discussões sobre a qualidade ambiental na Inglaterra. Naquele momento, ocorreria uma reforma no ensino de ciências, em que a temática sobre o ambiente seria abordada, ainda que de forma reducionista. Apenas na década de 1960 eram apresentadas ao mundo, em escala global, as consequências do modelo de desenvolvimento econômico



nos países ricos, com níveis crescentes da poluição do ar e rios. E em 1965 surge o termo Educação Ambiental, durante a conferência em Educação na Universidade de Keele, Grã-Bretanha, que tornaria uma parte essencial na educação dos cidadãos.

No Brasil, a ditadura militar foi um grande impasse para a incorporação de uma educação ambiental, indo na contramão da tendência internacional. Apenas por meio de pressões internacionais é que foi criado, em 1973, no âmbito do Ministério do Interior, a Secretária Especial do Meio Ambiente (SEMA), como o primeiro órgão brasileiro com ação nacional, para a gestão integrada do meio ambiente. No âmbito da Educação Ambiental, não se vislumbrava nenhuma ação, pelo limitado interesse político da época sobre o tema, como a falta de política educacional. Entretanto, com o debate internacional, e a urgência em tomar medidas ao se perceber a perda da qualidade da terra, órgãos estaduais brasileiros de meio ambiente, como instituições de meio ambiente e as Secretárias de Educação dos Estados, buscam a iniciativa de promover uma Educação Ambiental.

Apenas no início da década de 1990, com os esforços do Ministério da Educação e do Deporto e o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, com a intervenção do Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério da Cultura, formula-se um programa para o desenvolvimento da Educação Ambiental de forma efetiva, o Proema (Programa Nacional de Educação Ambiental) com a Lei 9795 de 27 de abril de 1999. Esse ato inaugurava uma nova fase no Brasil, com instrumentos necessários para o desenvolvimento do processo de Educação Ambiental, no Brasil.

Para o desenvolvimento da educação ambiental é necessário estabelecer um conjunto de elementos pelo qual o ser humano pudesse perceber, de forma reflexiva e crítica, a importância e existência da interdependência econômica, política, social e ecológica na sociedade, possibilitando às pessoas a aquisição de conhecimento, sentido de valores, interesse e atitudes necessárias para melhorar e proteger a qualidade ambiental. Portanto, recomendou-se promover uma educação ambiental:

[...] que deveria ser o resultado de uma reorientação e articulação de diversas disciplinas e experiências educativas, que facilitassem a visão integrada do ambiente; que os indivíduos e a coletividade pudessem compreender a natureza complexa do ambiente e adquirir os conhecimentos, os valores, os comportamentos e as habilidades práticas para participar eficazmente da prevenção e solução dos problemas ambientais, que se mostrassem, com toda clareza, as interdependência econômicas, políticas e ecológicas do mundo

moderno, no qual as decisões e comportamentos dos diversos países poderiam produzir consequências de alcance internacional; que suscitasse uma vinculação mais estreita entre os processos educativos e a realidade, estruturando suas atividades em torno dos problemas concretos que se impõe à comunidade e enfocando-se através de uma perspectiva interdisciplinar e globalizada; que fosse concebida como um processo contínuo, dirigido a todos os grupos de idade e categorias profissionais. (DIAS, 2000 p.83)

Para Jacobi (2003), a educação ambiental, acima de tudo, deve ser um ato político voltado para a transformação social. O enfoque deve buscar uma perspectiva integral de ação, que relaciona o homem, a natureza e o universo, na percepção de que os recursos naturais podem se esgotar, e o principal culpado pela sua degradação é o homem. O principal eixo da atuação da educação ambiental deve buscar a solidariedade, a igualdade e o respeito à diferença por meio de formas democráticas, sustentadas por práticas interativas.

Para tal, educação ambiental tornou-se um meio para a promoção do crescimento de uma consciência ambiental, possibilitando, assim, um posicionamento da população e sua participação em processos decisórios, fortalecendo a sua corresponsabilidade no controle e fiscalização dos agentes da degradação do mundo natural. A educação ambiental tem função transformadora, cuja ferramenta possibilita promover um outro tipo de desenvolvimento – o desenvolvimento sustentável.

As dimensões apontadas pelo conceito de desenvolvimento sustentável contemplam cálculo econômico, aspectos biofísicos e componentes sociopolítico, como referências para a interpretação do mundo e para possibilitar interferências na lógica predatória prevalente. O desenvolvimento sustentável não se refere especificamente a um problema limitado de adequações ecológicas de um processo social, mas a uma estratégia ou um modelo múltiplo para a sociedade, que deve levar em conta tanto a viabilidade econômica como a ecológica. (JACOBI, 2003 p.194)

Em condições favoráveis, as sociedades tendem a crescer de forma exponencial, todavia, tal crescimento não leva em conta a capacidade dos recursos naturais, sendo esses limitados, e, por isso, a forma como o homem maneja esses recursos torna-se crucial para sua sobrevivência, possibilitando explorar a terra em prol de sua necessidade.

O conceito de desenvolvimento sustentável surge em um momento de enfrentamento à crise ecológica, expresso por duas correntes teóricas. A primeira propunha o congelamento do crescimento populacional e do capital industrial, para se alcançar uma estabilidade econômica e ecológica, além de mostrar as limitações do

mundo natural; a segunda, difundida a partir da Conferência de Estocolmo em 1972, tem como embasamento a sustentabilidade social, econômica e ecológica, em que não apenas era necessário pensar a preservação ambiental, como uma melhor qualidade de vida da sociedade, harmonizando os processos ambientais com os socioeconômicos.

O desenvolvimento sustentável é a junção da corrente conservacionista com as questões socioeconômicas. A sustentabilidade implica na ruptura do atual padrão de desenvolvimento, levando em consideração o todo e as partes na inter-relação, ou seja, o relacionamento do homem com o mundo natural, e a consciência que os recursos naturais são esgotáveis, tendo o homem como o principal responsável. Assim, deve haver uma mudança de comportamento, valores, integração e harmonia entre as partes, em busca de uma justiça social, qualidade de vida e equilíbrio ambiental.

Portanto, Dias (2000) pontua que para a eficácia do desenvolvimento sustentável, por um lado, é necessário coibir a prática de degradação ambiental, pois, o desenvolvimento econômico e o bem – estar da sociedade dependem dos recursos naturais, e assim, conviverem em um ambiente saudável. E, por outro lado, é imprescindível a organização, participação e educação das pessoas. Falar sobre meio ambiente envolve questões sociais, culturais e históricas. É a partir do envolvimento da sociedade que há efetiva mudança.

A sociedade de hoje está envolta a um mundo do imediatismo, das tecnologias, em que as questões de âmbito social e ambiental são deixadas de lado, pelo árduo caminho a percorrer. Diferente do que ocorreu no passado, na atualidade, movimentos sociais e ambientalistas galgam cada vez mais espaços, tornam-se expressivos, seja na sociedade, como em âmbito político, denunciando as mazelas e os descasos do poder público. O desafio do ambientalismo no século XXI é a criação de espaços públicos e plurais com uma maior participação da sociedade mobilizada e motivada, para articular questionamentos frente ao poder público da falta de iniciativa de medidas que visam à sustentabilidade, desenvolvimento e, inclusão social.

Por conseguinte, a criação de espaços que prezam por proporcionar um ambiente educativo voltado para o mundo natural, amplia o conceito de conservação, que no passado visava ao gerenciamento do mundo natural para o uso pelas gerações presentes e futuras, e assim, auxiliar no desenvolvimento econômico do país. As gerações

posteriores aos debates dos movimentos ambientalistas, por meio de ações educativas, podem estar em contato com os diálogos, discussões sobre o meio ambiente, ampliar os horizontes, diferentes do mundo urbanizado, além de possibilitar a formação e o exercício da cidadania, e o reconhecimento do pertencimento a uma mesma identidade e coletividade.

A cidade de Uberlândia, como realidade de um meio urbano, onde vive a maior parte da população brasileira, possibilita a visualização de um crescimento populacional. Essa realidade eleva o nível de consumo dos recursos naturais, conseqüentemente, os rejeitos que são a poluição da atmosfera, a contaminação das águas causada pelos esgotos urbanos e indústrias, e os lixos gerados, ainda são grande fonte de poluição - a atividade de reciclagem, infelizmente, ainda é insignificante comparada com a proporção de consumo.

O ser humano é uma espécie que consome bastantes recursos naturais, desperdiça muitos bens e produtos e polui bastante o ambiente que coabita com outros seres vivos. A urbanização em maior ou menor escala provoca alterações no ambiente das cidades. Essas alterações ocorrem no microclima e atmosfera das cidades, no ciclo hidrológico, no relevo, na vegetação e na fauna (BEBER, 2012 p.2).

Dessa forma, o maior desafio imposto a partir da tomada de consciência da necessidade da preservação do mundo natural consiste em que se pense nas possibilidades de um desenvolvimento sustentável em consonância com os sistemas ecológicos e sociais, pilares da sociedade.

O Parque Municipal Victório Siquieroli, para a cidade de Uberlândia, é uma área de práticas de lazer social e de cidadania, que juntamente com outros parques como o Parque do Sabiá, Parque Municipal Luizote de Freitas, Parque Municipal Mansour, Parque Natural Municipal do Óleo constituem uma importante área verde para a melhoria da qualidade de vida, instrumento fundamental na preservação e conservação do ecossistema, lugares de uma beleza natural. É inegável o valor dessas reservas naturais por proporcionarem oportunidade de pesquisa, educação ambiental e turismo ecológico.

## Considerações Finais

O propósito deste trabalho foi o de compreender o contexto histórico em que surge uma consciência ecológica, e a partir daí, a organização de movimentos ambientalistas, com foco na relação homem e natureza. Assim, vimos que, com as transformações econômicas e sociais advindas da Revolução Industrial, suscitou uma influência em várias partes do mundo, e conseqüentemente uma nova ótica na relação homem e natureza passou a prevalecer.

Buscou-se examinar que o desenvolvimento econômico e o progresso, em um primeiro momento fez com que o homem não medisse suas atitudes perante o mundo natural, até que as conseqüências dessa degradação começassem afeta-lo diretamente. Portanto, pode-se afirmar que a consciência ecológica instaura uma dicotomia, pois se considera-se uma visão romântica do mundo natural, o mesmo deveria ser preservado por sua beleza e assim manter-se intocável, entretanto, em nome de sua sobrevivência e evolução, o homem necessitava desse mesmo mundo natural para fornecer-lhe matéria prima.

No Brasil, o movimento ambientalista tardio, demonstrou quais eram os anseios políticos e econômicos. Um país essencialmente agrário, via na exuberância de sua natureza o ensejo para a modernização e a aceleração do crescimento econômico, e, portanto, vemos uma relutância de efetivas práticas na conservação do mundo natural, em que outros países já era uma realidade concreta. O século XX foi de suma importância pela organização de conferências, na cobrança de um posicionamento das lideranças políticas, principalmente no Brasil, para medidas efetivas e propostas concretas para lidar com a degradação do mundo natural.

Dentre tais projetos, vimos que a criação de Unidades de Conservação, propiciou a preservação do mundo natural, com uma legislação própria, e a interação da sociedade com esse meio ambiente. Dessa forma, espaços de discussão vão surgindo para dialogar com a população sobre os conceitos de educação ambiental e desenvolvimento sustentável, mostrando que cada um é sujeito importante para uma melhor convivência com o mundo natural. O Parque Municipal Victório Siquieroli, com sua infraestrutura, proporciona tal interação e diálogo com a comunidade uberlandense, principalmente incentivando crianças e jovens sobre quais as medidas de se ter um ambiente saudável.

É certo que tais discussões não findarão enquanto homem e natureza ocuparem o mesmo espaço e houver a dependência de um com o outro. Ao longo dos tempos, várias correntes surgem abordando tal temática. A importância de tal questão está relacionada com a própria continuidade da natureza e bem – estar do homem. A exploração do mundo natural pode ocasionar a não regeneração da biodiversidade, sendo esse um dentre tantos outros problemas.

## Referências Bibliográficas

ARAÚJO, B.A; FERNANDEZ, F.A. As primeiras fronteiras: da expansão humana pelo mundo. In: FRANCO, José Luiz de Andrade et al. *História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro : Garamond, 2012.

BEBER, Ariana. Lazer e recreação no Parque Municipal Victório Siquierolli Disponível em: [www.portaleducacao.com.br](http://www.portaleducacao.com.br) acesso em 13 de agosto de 2012.

BAGLI, Priscilla. Rural e Urbano nos municípios de Presidente Prudente, Alvares Machado e Mirante do Paranapanema: dos mitos pretéritos às recentes transformações. 2006 199f. Dissertação (Faculdade de Ciências e Tecnologia) – Universidade Estadual Paulista – Campus Presidente Prudente, 2006.

COSTA, Patrícia Côrtes. Unidades de conservação/ Patrícia Côrtes Costa. – São Paulo: Aleph, 2002. – (Série turismo).

DEAN, Warren. A ferro e fogo. A História e a devastação da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

DIAS, Genebaldo Freire, 1949- . Educação ambiental: princípios e práticas / Genebaldo Freire Dias – 6ª ed. rev. e ampl. pelo autor – São Paulo : Gaia, 2000.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. O mito moderno da natureza intocada/ Antonio Carlos Diegues. – 3ª ed. – São Paulo : Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre População Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

DRUMMOND, José Augusto. A história Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. In: Revista Estudos Históricos: História e Natureza. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 4, 1991.

\_\_\_\_\_. Devastação e Preservação Ambiental: Os parques nacionais do estado do Rio de Janeiro. Niterói: EDUFF, 1997.

DRUMMOND, J.A; FRANCO, J.L.A. Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil. Rio de janeiro, Editora FIOCRUZ, 2009.

FREYRE, Gilberto. Nordeste – aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1967.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. Caminhos e fronteiras. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas), São Paulo, v. 118, p. 189-205, 2003.

LEITE, Mário. Paulistas e mineiros plantadores de cidades. São Paulo: EDART, 1961.

LEONARDI, Victor Paes de Barros. Os historiadores e os rios – natureza e ruína na Amazônia brasileira. Brasília: Paralelo 15; Editora da UNB, 1999.

MACCORMICH, John. Rumo ao Paraíso – a história do Movimento Ambientalista. Trad. Marco Antonio da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1992.

MARTINEZ, Paulo Henrique. História ambiental no Brasil – pesquisa e ensino. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. A dinâmica de um pensamento crítico: Caio Prado Jr (1928-1935). 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. v. 1. 333p .

\_\_\_\_\_. História Ambiental: um olhar prospectivo. Cadernos de Pesquisa do CDHIS (Online), v. 24, p. 23-35, 2011.

MOREIRA, R. C. et al. A atuação do planejamento ambiental nos loteamentos na cidade de Uberlândia – MG. II Simpósio Regional de Geografia “Perspectivas para o cerrado no século XXI” Universidade Federal de Uberlândia – Instituto de Geografia. 26 a 29 de Novembro de 2003.

PÁDUA, José Augusto. Um sopro de destruição – pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

\_\_\_\_\_. "As Bases Teóricas da História Ambiental". Estudos Avançados (USP.Impresso), v. 24, p. 81-101, 2010.



\_\_\_\_\_. A Profecia dos Desertos da Líbia: Conservação da Natureza e Construção Nacional no Pensamento de José Bonifácio. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n.44, p. 119-142, 2000.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SILVA, F. B. A Função Social do Parque Municipal Victório Siqueirolli no Município de Uberlândia-MG. In: *X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005*, São Paulo-SP. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005*. v. 1. p. 14421-14439.

TURNER, Frederick. *O Espírito Ocidental contra a natureza: mito, história e as terras selvagens*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1990.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. Trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo: Cia das letras, 2001.

VIOLA, Eduardo. O movimento ecológico no Brasil (1974 – 1986): Do ambientalismo à ecopolítica. In: PÁDUA, José Augusto et al. *Ecologia & Política no Brasil*. Editora Espaço e Tempo – Rio de Janeiro, 1987.

WORSTER, Donald. *Transformações da Terra: Para uma perspectiva Agroecológica na História*. Trad. Maria Clara Ferraz de Andrade. *Ambiente e Sociedade*. v. 5, 2003.